

2553

***POLICY TEXTS* E O PAPEL DAS IDEIAS
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
VISÕES ESTATAIS SOBRE AS
MULHERES NO PPA 2016-2019**

**Janine Mello
Ana Camila Ribeiro
Danusa Marques**

TEXTO PARA DISCUSSÃO



POLICY TEXTS E O PAPEL DAS IDEIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: VISÕES ESTATAIS SOBRE AS MULHERES NO PPA 2016-2019¹

Janine Mello¹
Ana Camila Ribeiro²
Danusa Marques³

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) e diretora adjunta na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <janine.mello@ipea.gov.br>.

2. Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea. *E-mail*: <ana.ribeiro@ipea.gov.br>.

3. Professora adjunta do Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). *E-mail*: <danusamarques@gmail.com>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauem

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessora-chefe de Imprensa
e Comunicação**

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2020

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: H11

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 O PAPEL DAS IDEIAS: <i>POLICY TEXTS</i> E MULHERES COMO PÚBLICO-ALVO DAS POLÍTICAS	13
3 POR QUE ANALISAR O PLANO PLURIANUAL COMO <i>POLICY TEXT</i> ?	19
4 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS	24
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A	56
APÊNDICE B	57
APÊNDICE C	59

SINOPSE

O objetivo central deste texto é compreender como diferentes visões do Estado sobre as mulheres permeiam o conteúdo dos objetivos, das metas e das iniciativas propostas no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 entendido como instrumento de planejamento governamental em que são estabelecidas diretrizes para a ação pública durante um dado período temporal. Nesse sentido, o caráter generalista do PPA e sua diversidade temática permitiriam identificar compromissos e orientações de natureza mais abrangente e, *a priori*, captar representações sobre aquilo que constitui as principais preocupações governamentais em matéria de formulação e implementação de políticas relacionadas às mulheres.

Palavras-chave: mulheres; políticas públicas; Estado; *policy texts*; PPA; gênero.

ABSTRACT

The article aims to contribute for the comprehension of how State visions on representations of women permeate the content of objectives, goals and initiatives presented on PPA (2016-2019) understood as a governmental planning instrument on which guidelines for public action are established for a certain period of time. In this sense, the general character and thematic diversity presents on PPA may allow the identification of more general compromises and guidelines and, *a priori*, capture representations of what constitutes the main governmental concerns of policies formulation and implementation related to women.

Keywords: women; public policies; State; policy texts; PPA; gender.

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica dedicada a compreender as interfaces que configuram as relações entre políticas públicas e mulheres no Brasil tem orientado seus esforços para um rol extenso de preocupações que perpassa desde as possibilidades de redução da desigualdade de gênero no país e seus efeitos, assim como questões sobre em que medida as capacidades estatais e o desenvolvimento de ações governamentais orientadas pelos pressupostos da agenda de transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*)¹ têm adquirido feições mais complexas nas últimas décadas. Existem ainda trabalhos centrados especificamente em entender os caminhos percorridos pelas reivindicações apresentadas pelas mulheres² sob diferentes contextos sociais, políticos e históricos e as dinâmicas de maior ou menor permeabilidade do Estado, bem como estudos focados em analisar como as estruturas estatais têm respondido a essas demandas sob a forma de políticas específicas ou estratégias mais amplas que incorporem, em alguma medida, o componente de gênero em seu escopo.³

Em texto recente, Farah *et al.* (2018) problematizam a bibliografia sobre o tema e chamam atenção para lacunas significativas no âmbito dessas análises, em especial, no que diz respeito à escassa convergência teórica entre gênero, Estado e políticas públicas. Nesse sentido, nossa intenção é contribuir para a produção da área de gênero e políticas públicas aliando: *i*) reflexão teórica feminista sobre papéis e “identidades” atribuídos às mulheres (Pateman, 1993; Butler, 2003; Fraser, 2001); *ii*) uma concepção do Estado enquanto arena conflitiva permeada por disputas materiais e simbólicas cuja atuação produz resultados múltiplos, ambivalentes e, por vezes, contraditórios;

1. *Gender mainstreaming* é um termo longamente debatido entre as teóricas feministas e, dada a impossibilidade de expor limites e possibilidades associados ao conceito, adotamos uma noção mais geral que pode ser definida como “*the (re)organisation, improvement, development and evaluation of policy processes, so that a gender equality perspective is incorporated in all policies at all levels and at all stages, by the actors normally involved in policy-making (Council of Europe, 1998)*” (Verloo, 2005, p. 13). Para mais detalhes, ver os trabalhos de Bandeira (2005), Farah (2004), Marcondes, Diniz e Farah (2018) e Papa (2012).

2. Cabe destacar que não partimos da noção essencializada das mulheres fundamentada na existência de um *sujeito* único que guarde em si todos os interesses das mulheres. Adotamos como referência a aceção de que as mulheres surgem como sujeito plural marcado por clivagens de raça, credo, classe, orientação sexual, impossíveis de serem resumidas a um único e homogêneo conjunto de demandas. Vale ainda ressaltar que o foco da análise está voltado mais para a discussão sobre políticas que gerem efeito, direto ou indireto, sobre as mulheres e não necessariamente aquelas políticas classificadas como ações de promoção da igualdade de gênero.

3. Para mais informações sobre essa discussão, ver Brandt, Lavarda e Lozano (2017); Machado (2016); Vianna e Lowenkron (2017); Aguião (2017).

e *iii*) por último, elementos conceituais extraídos das abordagens críticas⁴ do campo de políticas públicas e suas aproximações com a vertente discursiva do institucionalismo no interior dos debates sobre a construção social de públicos-alvo e do potencial analítico de *policy texts* enquanto fonte de sentidos e significados que orientam a ação governamental (Ingram e Schneider, 2015; Ball, 1993b; Yanow, 2015; Dombos *et al.*, 2012; Peró, 2011; Bacchi, 1999; Taylor, 1997; Fairclough, 2012).

Alinhadas a trabalhos publicados anteriormente (Mello e Marques, 2019a; 2019b), retomamos a premissa de que a atuação estatal engloba e impacta, a partir de um rol abrangente de instrumentos político-administrativos, distintas dimensões da vida social e o modo com que certos pressupostos, crenças e valores são internalizados pelas estruturas governamentais pode contribuir para reforçar ou problematizar visões sobre as mulheres enquanto destinatárias de direitos e deveres. Isso não significa que as interações entre Estado e mulheres estejam circunscritas a uma orientação unidimensional, dado o caráter inerentemente conflitivo e contraditório do Estado e a multiplicidade de mediações ocorridas entre estruturas governamentais e mulheres enquanto grupo social mais amplo.

Em decorrência disso, retomamos o argumento de que a atuação do Estado em relação às mulheres apresenta variações, devido à natureza complexa de suas ações e à presença de atores dotados de distintos graus de poder e influência, o que permite que múltiplas visões, por vezes contraditórias e paradoxais, coexistam no âmbito do próprio arcabouço estatal. Nesse sentido, recuperamos de trabalhos anteriores (Mello e Marques, 2019a; 2019b) a proposta de tipologia para a atuação estatal baseada em quatro visões em relação às mulheres, conforme a ótica a partir da qual a presença feminina é entendida na elaboração de políticas públicas: *i) visão reprodutiva*: mulheres como mães/cuidadoras; *ii) visão produtiva*: mulheres como mão de obra do trabalho remunerado; *iii) visão reativa*: inclusão posterior das mulheres na execução da política; e *iv) visão inclusiva*: mulheres como público-alvo prioritário.⁵

4. Também conhecidas como interpretativas, ideacionais, cognitivas, construtivistas, entre outros termos correlatos. Para mais dados sobre isso, ver Fischer *et al.* (2015).

5. Sabemos que algumas políticas podem também afetar negativamente as mulheres e a agenda da promoção da igualdade de gênero, principalmente em momentos críticos, mas optamos, nesse momento, em pensar categorias que explicam formas de promover políticas públicas para mulheres no enquadramento da atenção positiva a esse público-alvo.

Ao adotar uma *visão reprodutiva* sobre as mulheres, o Estado elege a responsabilidade feminina do cuidado, principalmente relacionada à maternidade como elemento central para definir *necessidades e responsabilidades*, reforçando papéis femininos como mães, responsáveis pela família e pelo cuidado de dependentes.⁶ Uma consequência relevante disso seria a tendência de que mulheres assumissem papel de *aliadas* do Estado na execução das políticas ao responsabilizarem-se, majoritariamente, pelo cumprimento de requisitos e normas previstos para o recebimento de determinada política (Carlotto, 2012; 2015; Campos, 2015; Klein, Meyer e Borges, 2013; Meyer *et al.*, 2014). Seria possível observar, por sua vez, casos em que, durante a elaboração da política, são adotados aspectos orientados para ampliar as possibilidades de inclusão *produtiva* das mulheres. Trata-se, aqui, de políticas que mobilizam as mulheres em sua concepção enquanto mão de obra produtiva do trabalho remunerado.

Existiriam ainda duas visões possíveis quando as mulheres constituem o público-alvo das políticas. A dimensão da promoção da igualdade de gênero pode ser considerada como componente central na formulação da ação (*visão inclusiva*). Nesses casos, o combate à desigualdade de gênero é o foco central da política, cujo objetivo se relaciona diretamente a lutar para sua superação, ou seja, políticas são inclusivas quando buscam combater ativamente a desigualdade de gênero, em sua concepção geral. Ao contrário das demais visões, uma postura inclusiva desde a perspectiva de gênero pressupõe a transversalidade de gênero como fundamento da política pública.

Outra categoria que ressaltamos se dá quando a dimensão de gênero se torna uma questão a ser enfrentada pelo Estado *a posteriori*, quando, durante a execução da política, verifica-se que as mulheres compõem parte significativa do público atendido (*visão reativa*). Nestas situações, as instituições estatais podem atuar no aprimoramento ou na correção, parcial ou total, de aspectos que dificultariam o acesso feminino, visando garantir o bom andamento da política. Isso demanda que sejam examinados, não apenas aspectos constitutivos do *desenho* da ação, mas também seus processos de implementação, naqueles casos em que o componente de gênero está ausente da formulação da política, mas emerge em momentos posteriores como variável relevante para a *performance* da política.

6. Inclui crianças, pessoas com deficiência, idosos(as) e enfermos(as).

Vale ressaltar que essas categorias, embora tendam a ser tomadas como excludentes, não o são. A tipologia proposta está sujeita aos limites inerentes a toda esquematização voltada a apreender, mesmo que parcialmente, as dinâmicas complexas a partir das quais relações sociais ocorrem e são estabelecidas. Ao propormos uma tipologia para as visões assumidas pelo Estado no que se refere às representações sobre as mulheres enquanto referências para moldar a ação pública, assumimos como ponto central a relevância de explicitar a natureza paradoxal da atuação estatal e as múltiplas representações que derivam da teia complexa que configura o arcabouço do Estado e suas interfaces com as demais instâncias e atores sociais. Defendemos que, embora prevaleça uma visão reprodutiva sobre as mulheres, as dinâmicas de ação do Estado também partem de elementos vinculados a outros referenciais, como a capacidade produtiva feminina, os esforços para incluir mulheres como público prioritário, visando ao atendimento de demandas específicas, à implementação de medidas voltadas para assegurar a efetividade de políticas ou mesmo como resposta a pressões e reivindicações sociais por maior visibilidade e/ou atendimento do público feminino.

Argumentamos ainda que *produtos governamentais*, como instrumentos de planejamento da ação estatal, textos de políticas públicas (*policy texts*), materiais institucionais e documentos legais e operacionais, correspondem a expressões da atuação estatal e podem ser considerados uma opção analítica válida para explicitar sentidos, percepções e expectativas sobre o que é definido como *objeto* de intervenção política, assim como sobre o que é apontado como demanda pública e até mesmo quais indivíduos ou grupos devem ou não constituir o público-alvo preferencial de determinada ação (Gale, 1999; Maguire, Ball e Braun, 2010; Nicoll, 2000; Johnson, 2011). Mesmo nos casos em que não seja implementada efetivamente como a normativa pactuada, esse momento da definição de *demandas por políticas* expressa sentidos importantes nas possibilidades de ação negociadas no âmbito do Estado.

Ao adotar como referência uma atuação multidirecional do Estado sobre temas relacionados às mulheres como público das políticas públicas, é razoável supor a ocorrência, simultânea e dialógica, de movimentos de expansão e restrição no delineamento das múltiplas representações associadas às mulheres. Representações atribuídas ao que constitui um dado *problema* e suas possíveis soluções resultam de interações imersas em ambientes conflitivos pautados por correlações de força específicas (Yanow, 2015; Verloo e Lombardo, 2007; Schmidt, 2008; Shore, Wright e Però, 2011; Bacchi, 1999).

Por conseguinte, o que definimos como *produto governamental* também é forjado por meio dessas relações e expressa, em algum sentido, representações que prevaleceram em meio à disputa ideacional travada entre atores ou instituições ao longo do processo de delimitação do escopo da ação governamental. Essas representações – contidas, implícita ou explicitamente, em instrumentos de planejamento, planos de ação, previsões orçamentárias, definição de diretrizes, estratégias e metas – trazem em si ideias que, de alguma forma, transpuseram diferentes filtros e disputas ocorridas nas mais diversas instâncias decisórias (Offe, 1984; Lejano e Park, 2015; Ball, 1993b; Foucault, 2008; Bourdieu, 2014).

Dito isso, fica evidente a pertinência de recorrer a enfoques teóricos que abordam o peso das ideias na configuração das políticas públicas e que reconhecem seu papel na produção de representações sobre problemas sociais como norteadores da reflexão desenvolvida ao longo do texto em questão. Assumir a existência de distintas visões estatais sobre um dado tema e a possibilidade de depreender elementos subjacentes a essas representações abre espaço para a discussão sobre o impacto das ideias na conformação assumida pelas políticas públicas em detrimento de outros arranjos, escopos e estratégias possíveis.

Essas considerações trazem para o cerne da análise questões sobre o que essas visões representam, quais elementos as constituem ou, mais objetivamente, como afetam a produção de políticas públicas, sua implementação e seus impactos produzidos sobre populações e territórios. Indo adiante, centrar o foco neste aspecto nos coloca diante de questionamentos sobre os sentidos de entender essas especificidades e a relevância de explicitar essas representações para a análise de políticas públicas.

Como será tratado nas próximas seções, propomos que as visões estatais sobre as mulheres são compostas por ideias que atribuem sentidos específicos a questões associadas à pauta de demandas e reivindicações femininas. Na prática, a caracterização do que é entendido como *demanda feminina* nas políticas públicas requer que um conjunto específico de aspectos seja eleito como o mais pertinente ou adequado para orientar a ação estatal em detrimento de outras possibilidades. Os efeitos da delimitação dos elementos interpretativos usados para abordar essas questões impactariam, de alguma maneira, o escopo das estratégias contidas em diferentes instrumentos de planejamento da ação governamental.

Partindo desse entendimento, o objetivo central deste texto é compreender *como diferentes visões do Estado sobre as mulheres permeiam o conteúdo dos objetivos, das metas e das iniciativas propostas no âmbito do PPA (2016-2019) entendido como instrumento de planejamento governamental em que são estabelecidas diretrizes para a ação pública durante um dado período temporal*. Nesse sentido, o caráter generalista do PPA e sua diversidade temática permitiriam identificar compromissos e orientações de natureza mais abrangente e, *a priori*, captar representações sobre aquilo que constitui as principais preocupações governamentais em matéria de formulação e implementação de políticas.

Isso, obviamente, não significa afirmar que não existam variações entre o que está previsto no PPA e o que efetivamente ocorre no âmbito da atuação governamental e menos ainda que ideias e sentidos que o compõe correspondam a referenciais internalizados e compartilhados de maneira homogênea ou integral pelo conjunto da administração pública. Nosso argumento, entretanto, é de que o PPA, para os fins propostos na análise, poderia fornecer indícios sobre visões que prevaleceram após uma sequência de ritos e procedimentos burocráticos repleta de disputas, de maior ou menor grau e intensidade, sobre aspectos que deveriam ou não compor sua versão final enquanto instrumento de planejamento da ação governamental de curto e médio prazo.

Para isso, foram analisadas metas, iniciativas e objetivos do PPA 2016-2019 adotando o método de *text mining*, em que, para cada categoria proposta na tipologia, foi atribuído um conjunto de termos relacionado a aspectos elencados como centrais para compreender as visões do Estado sobre as mulheres. A expectativa é de que, a partir disso, seja possível identificar visões hegemônicas no âmbito das ações previstas no PPA, assim como aproximações e distanciamentos existentes entre estas categorias no que se refere a aspectos como a distribuição entre órgãos, as áreas temáticas e o viés de atendimento às mulheres.

Além desta introdução, o texto está dividido em cinco partes. A seção 2 é dedicada a apresentação do tema de pesquisa, abordando o papel desempenhado pelas ideias e suas interfaces com a dinâmica de produção de *policy texts* e de definição das mulheres como público-alvo da atuação governamental. A seção 3 descreve sucintamente o PPA, destacando suas principais características e explicitando as justificativas que subsidiaram a sua adoção como instrumento capaz de exemplificar de que maneira representações sobre as mulheres dialogam com as visões estatais propostas. A seção 4 detalha os delineamentos metodológicos utilizados na análise. Ao longo da seção 5 são

discutidos os resultados obtidos a partir da aplicação da tipologia ao conteúdo textual do PPA 2016-2019. Na seção 6, as considerações finais encerram o texto, retomando os resultados e suas conexões com tópicos mencionados na discussão teórica.

2 O PAPEL DAS IDEIAS: POLICY TEXTS E MULHERES COMO PÚBLICO-ALVO DAS POLÍTICAS

As conceituações elencadas anteriormente evidenciam o papel atribuído às ideias, em sua acepção mais ampla, na produção de políticas públicas. Trabalhos vinculados à abordagem cognitiva e ao institucionalismo discursivo⁷ têm se apoiado sobre premissas baseadas na não neutralidade da linguagem e na noção de que significados, sentidos e representações conformam o rol de possibilidades entendidas como viáveis e aceitáveis em determinado contexto sociohistórico (Dryzek, 2006; Perissinoto e Stumm, 2017; Schmidt, 2008; Fairclough, 2012). Longe de ser uma novidade, o papel desempenhado pelas ideias nos processos de configuração de comportamentos, crenças, contextos, valores e correlações de poder tem sido debatido há décadas e remonta às correntes pertencentes à filosofia e seus desdobramentos no âmbito das teorias política, sociológica e antropológica.⁸

A discussão sobre o papel das ideias nas instituições e, de maneira mais específica, sobre as políticas públicas, tem crescido como campo institucionalizado desde o final dos anos 1980, estimulada por autoras e autores identificados, *grosso modo*, com as duas linhas teóricas mencionadas. O institucionalismo discursivo defende a adoção de um panorama mais amplo para explicar a realidade social a partir do conteúdo substantivo das ideias e dos processos interativos do discurso no contexto institucional (Schmidt, 2015; 2008; Goodin e Tilly, 2006; Hay, 2006) e a abordagem cognitiva das políticas públicas, por sua vez, acentua a centralidade das ideias e representações como resultado de dinâmicas de construção social capazes de definir referenciais (quadros ou *frames*), paradigmas ou *visões de mundo* que delimitam o *campo do possível*, no sentido dado por Bourdieu (2014), a partir de operações de distinção entre indivíduos, grupos ou práticas legitimadas em função das correlações de poder vigentes em determinado contexto social e histórico (Muller e Surel, 2002).

7. Também chamado de quarto institucionalismo ou institucionalismo construtivista. Para mais informações, ver Schmidt (2015) e Hay (2006).

8. Para mais detalhes a esse respeito, ver Rueschemeyer (2006) e Marques e Faria (2013).

Em ambas, as possibilidades conceituais atribuídas à noção de ideias têm variado enormemente em função dos graus de generalidade, alcance e tipo de impacto (Cairney, 2012). Ideias podem ser classificadas como estruturais ou específicas, ou, conforme argumenta Muller (2008 *apud* Grisa e Schneider, 2014), como referencial global ou referencial setorial, em que o primeiro estaria ligado a um quadro geral de interpretação do mundo, extrapolando os contornos de um determinado setor, grupo ou política pública, enquanto o último corresponderia às representações de um setor composto por um rol de questões associado a certos grupos ou problemas e define regras específicas de funcionamento e valores norteadores da ação.

Considerado o foco da análise, o estabelecimento e a perpetuação de estereótipos de gênero, a divisão sexual das tarefas como eixo organizador das atividades entre mulheres e homens e pressupostos contidos no que Bourdieu (2007) definiu como *construção social das vocações* constituiriam exemplos de esquemas de pensamento mais amplos, a partir dos quais são forjados pressupostos cruciais de sustentação das representações femininas atreladas à maternidade e ao cuidado (*visão reprodutiva*). Por sua vez, ideias mais específicas, restritas a um setor ou a uma comunidade, poderiam ser observadas na defesa da transversalidade de gênero enquanto princípio norteador da elaboração e da execução de políticas classificadas como parte do que denominamos visão inclusiva.

Ideias podem assumir o aspecto de *quadros* ou *referenciais* (*frames*) responsáveis por fornecer orientação para o conhecimento, a análise, a persuasão e a ação dos atores sociais (Goffman, 2007; Rein e Schon, 1994) ou de narrativas ou discursos que moldam o entendimento sobre determinados eventos (Roe, 1994). Podem ainda ser compreendidas a partir de arcabouços mais amplos como *práticas discursivas* que delimitam o campo de ações imagináveis ou possíveis (Bourdieu, 2014), como *regimes de verdade* (Foucault, 2008) ou atos de fala (Searle, 1995). A literatura ainda aponta como possibilidades conceituais as noções de paradigmas (Hall, 1993) e *advocacy coalition framework* (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993).

A despeito da profusão de termos usados para delimitar o escopo e a função atribuídos às ideias, para os fins deste trabalho, optamos por utilizar como referencial orientador o conceito elaborado por Stone (1988), no qual as ideias são entendidas como resultado de disputas discursivas (*discursive struggles*) pela definição de critérios de classificação social, capazes de influenciar a definição de problemas, estabelecer as

fronteiras e os limites utilizados como instrumentos de categorização de grupos, indivíduos e separação entre *incluídos* e *excluídos*, além de definirem representações e criarem sentidos compartilhados sobre os quais as pessoas agem. Para Stone, “cada ideia é um argumento, ou mais precisamente, um conjunto de argumentos a favor de diferentes formas de enxergar o mundo” (1988, p. 8).⁹

Ao posicioná-las como cerne do conflito político, Stone atribui às ideias um papel central como instrumento de poder, na medida em que significados compartilhados seriam capazes de influenciar comportamentos individuais e coletivos. Assim, o autor confere um caráter dialógico e de retroalimentação à relação entre ideias e escolhas considerando que “são formadas através da educação e persuasão. Ações, não menos que ideias, são influenciadas por outros – pelas escolhas que outras pessoas fizeram e aquelas que esperamos que elas façam, pelo que eles querem que nós façamos e pelo que nós pensamos que elas esperam de nós” (Stone, 1988, p. 17).

Em nosso entendimento, essa visão agrega elementos simbólicos e materiais relevantes para o entendimento das disputas no âmbito do Estado, ao incorporar ao conflito político não apenas condições materiais ou escolhas e preferências individuais, mas também a noção de que as disputas se dão, em grande medida, sobre ideias acerca do que é legítimo, adequado, necessário, bom ou correto como elementos mobilizados no decorrer da produção de políticas públicas.

O resultado dessas disputas pode se materializar de diversas formas, entre elas estariam o que Ball (1993a) define como *policy texts*, materiais textuais associados a políticas públicas permeados por ideias e representações capazes de definir limites de ação, categorias e critérios de inclusão e exclusão. Ao delimitarem problemas públicos e alternativas de ação possíveis, *policy texts* se pautam no que Stone define como “representação estratégica da situação” (1988, p. 106), em que aquilo que é dito sobre determinado tema, público ou demanda não deriva, necessariamente, de saberes objetivos e imparciais, e, em contraposição, tende a ser influenciado por experiências e interpretações mobilizadas por indivíduos, grupos ou instituições envolvidas na produção de políticas públicas.

9. Texto original em inglês. “Each idea is an argument, or more accurately, a collection of arguments in favor of different ways of seeing the world” (Stone, 1988, p. 8).

A análise a partir de materiais textuais produzidos na elaboração de políticas públicas permitiria, considerando as premissas teóricas da vertente interpretativa ou ideacional, entender a multiplicidade de sentidos atribuídos a determinados problemas públicos a partir das representações assumidas como referências no âmbito desses materiais, assim como explicitaria elementos utilizados como categorias de delimitação do público-alvo da ação governamental (Ball, 1993a; Yanow, 2015; Dombos *et al.*, 2012, Bacchi, 1999).

Isso não pressupõe atribuir aos textos formalmente relacionados a determinadas políticas um caráter determinante ou de causalidade sobre as ações que serão efetivamente implementadas ou mesmo dos resultados alcançados por essas intervenções (Ball, 1993; 2015). Também não pressupõe que materiais dessa natureza estejam livres de ambiguidade e de noções contraditórias sobre um mesmo objeto (Dombos *et al.*, 2012). A adoção de *policy texts* como fonte válida de dados para analisar as políticas estaria mais relacionada à ideia defendida por Yanow (2015) de “mapear a arquitetura dos argumentos das políticas públicas” do que necessariamente à reificação desses materiais enquanto determinantes da atuação governamental ou do comportamento dos grupos e indivíduos afetados por essas ações.

Assumir que as ideias e representações contidas nos *policy texts* são, potencialmente, capazes de impactar a dinâmica de delimitação do público-alvo de determinada ação não implica atribuir um caráter de passividade aos grupos e indivíduos submetidos à atuação governamental, nem prescindir da agência inerente às populações atendidas por essas iniciativas (Peró, 2011; Ingram e Schneider, 2015). Entretanto, conforme discutido ao longo do texto, políticas públicas não são isentas de vieses, rótulos, estereótipos e estigmas comuns às interações sociais de maneira mais ampla e, consequentemente, estão aptas a desempenhar papéis de reforço ou desconstrução das representações construídas acerca de determinados temas, demandas ou públicos (Ingram e Schneider, 2015).

2.1 Visões estatais sobre as mulheres

Quando pensamos no caso das visões construídas sobre as mulheres a partir da perspectiva estatal, assumimos que estariam mescladas representações apoiadas na reprodução de estereótipos ligados à maternidade e ao cuidado como parte dos *atributos femininos*, e visões em que outras dimensões constitutivas da experiência heterogênea vivenciada

pelas mulheres ocupariam espaço central, como nas situações em que prevalece a demanda por autonomia econômica das mulheres via inclusão produtiva e a ampliação dos direitos de cidadania em direção à maior igualdade de gênero.

Parte significativa da produção acadêmica voltada para a análise da relação entre políticas públicas e gênero tem centrado esforços em explicar de que maneira aspectos importantes, como a definição das famílias como lócus de atuação ou a ausência de iniciativas voltadas para suprir as demandas de mulheres que se responsabilizam pela mediação entre os agentes públicos e os membros das famílias, tem favorecido a produção ou a ampliação de situações de desvantagem para as mulheres, em especial aquelas mais expostas a situações de vulnerabilidade. Estudos sobre o desenho e a operacionalização de políticas de assistência social e transferência de renda têm mostrado como o papel reprodutivo associado às mulheres ocupa lugar central na constituição dessas estratégias, com base em referenciais estereotipados que atrelam mulheres e responsabilidade pelo cuidado familiar.¹⁰ O foco na família como unidade de proteção dos indivíduos, associado aos procedimentos operacionais de definição de uma pessoa como responsável familiar, teria como efeito a incorporação das mulheres às políticas de proteção social a partir, predominantemente, dessa relação (Carloto e Mariano, 2008).

Não há dúvidas de que prevalece uma visão estatal sobre as mulheres fortemente baseada na dimensão reprodutiva e na divisão sexual do trabalho e do cuidado. Ao se ampliar o horizonte de análise, no entanto, é possível explicitar formas alternativas de incorporação das mulheres enquanto destinatárias de políticas públicas. Embora prevaleça uma visão reprodutiva sobre as mulheres, as dinâmicas de ação do Estado são também estabelecidas a partir de elementos vinculados à capacidade produtiva feminina, aos esforços para incluir mulheres como público prioritário, visando ao atendimento de demandas específicas, à implementação de medidas e alterações voltadas para assegurar a efetividade de políticas ou mesmo para responder a pressões e reivindicações sociais por maior visibilidade e/ou atendimento do público feminino.

Assumir que há por parte do Estado a destinação de recursos e esforços voltados para apoiar a inclusão econômica de mulheres não implica dizer que, a partir da adoção de um viés produtivo, dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessar oportunidades

10. Para mais detalhes, ver Mioto e Prá (2015).

de trabalho em decorrência de limitações identificadas na esfera privada sejam automaticamente superadas. Verifica-se exatamente o oposto. Ao adotar uma visão produtiva sobre as mulheres, o Estado tende a adotar uma perspectiva restrita sobre a realidade feminina e desconsiderar, grande parte das vezes, os efeitos da distribuição desigual das tarefas domésticas e do cuidado sobre as possibilidades laborais das mulheres ou mesmo o impacto exercido por clivagens de raça e classe sobre a autonomia econômica feminina.

Compõe ainda um terceiro referencial de organização da ação estatal aquelas situações em que as mulheres são caracterizadas como público-alvo prioritário da política e, em decorrência disso, temas e questões associadas a suas reivindicações ou condições de vida são incorporados ao escopo da ação a partir de uma visão inclusiva. Retomando a discussão feita anteriormente sobre os sentidos da construção dos públicos-alvo das políticas públicas, vale notar que o próprio ato de delimitar as mulheres como público prioritário carregaria em si a explicitação de demandas de mulheres compreendidas como legítimas e válidas e sobre as quais o Estado deveria atuar, indicando potencialmente uma visão inclusiva das mulheres enquanto sujeitos de direitos.

Entretanto, longe de superar os estereótipos de gênero, a definição de mulheres como público-alvo de determinadas políticas não pressupõe que interpretações sobre as *necessidades* ou *interesses* das mulheres estejam livres de noções essencialistas, nem, tampouco, que, ao apresentar *respostas* a determinados temas sob a forma de ações governamentais, o Estado consiga atender de forma satisfatória a rede heterogênea de ações demandadas a partir da multiplicidade de experiências femininas, quando consideradas diferenças raciais, étnicas, de renda, entre outras.

Por último, em convergência com a tipologia proposta na análise, seria possível analisar a atuação estatal com base naqueles casos de políticas e programas nos quais a dimensão de gênero não está explicitada como parte do teor legal ou das orientações de execução durante o processo de formulação, entretanto, na medida em que a política é implementada e as mulheres passam a compor parte significativa ou até a maioria do público atendido, seriam incorporadas, *a posteriori*, alterações ou ajustes visando ampliar a efetividade da política ou mesmo responder a demandas sociais por maior visibilidade das mulheres enquanto público atendido (visão reativa). Estes são casos de ajustes incrementais não planejados na concepção da política, mas que são realizados quando novos fatores, ligados às necessidades e aos interesses das mulheres, são identificados em sua implementação.

Fica evidente, a partir das considerações dispostas anteriormente, que, não apenas a atuação estatal e a produção de políticas públicas seriam caracterizadas pela multiplicidade de sentidos, mas também as próprias representações construídas sobre as mulheres emergiriam em meio a tramas dinâmicas de atribuição de sentido e impactariam de forma específica grupos de mulheres em função de diferenças de raça, classe, etnia, orientação sexual, entre outras. Vale ressaltar que os padrões de construção social do público das políticas variariam ainda conforme o grau de poder ou a influência do grupo em questão decorrente de elementos como tamanho, capacidade de mobilização e coesão, liderança e competência política, posição e acesso a instituições governamentais ou outras, como mídia e meio acadêmico, propensão do voto ou indicadores sociais na linha das argumentações de Ingram e Schneider (2015) e Però (2011) sobre as interações possíveis entre os sujeitos de políticas públicas (*subjects of policy*) e a atuação estatal por meio de seus instrumentos de implementação.

3 POR QUE ANALISAR O PLANO PLURIANUAL COMO POLICY TEXT?

A despeito das controvérsias sobre sua *real natureza* e função efetivamente desempenhada no âmbito das agendas de planejamento governamental e orçamento público, o PPA tem sido frequentemente descrito como “instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas” (Brasil, 2015). Previsto constitucionalmente, a primeira edição do PPA abrangeu o período de 1991 a 1995 e atualmente está em vigor sua sétima edição (2016-2019).¹¹ Os aspectos, as alterações, os avanços e os limites que caracterizaram as diferentes edições do PPA têm sido objeto de pesquisas baseadas nas mais diversas matrizes teóricas e metodológicas (Garcia, 2000; 2012; Gimene e Couto, 2017; Cardoso, 2014; Couto, 2018).

11. Edições anteriores: *i*) 1991-1995; *ii*) 1996-1999 Plano Brasil em Ação; *iii*) 2000-2003 Plano Avança Brasil; *iv*) 2004-2007 Plano Brasil de Todos; *v*) 2008-2011 Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade; *vi*) 2012-2015 Brasil sem Miséria. Para mais informações, ver Kliass (2018).

Em nosso caso, a adoção do PPA como objeto de análise esteve fundamentada, menos em seu caráter como instrumento de planejamento governamental ou mecanismo de previsão orçamentária, e mais em seu potencial enquanto materialização formal de diretrizes e estratégias orientadas, em certo sentido, por aquilo que poderia ser definido como conjunto de “compromissos do governo” (Brasil, 2015), “discurso oficial do governo” (Pinheiro, 2018) ou ainda as “principais apostas dos governos” (Gimene e Couto, 2017). Além disso, argumentamos que essas diretrizes explicitariam dimensões estratégicas e operacionais que, *a priori*, teriam como função subjacente orientar e direcionar as políticas públicas em relação a determinadas metas e diretrizes.

Apesar dessa potencialidade, é preciso considerar as limitações inerentes ao caráter formal do PPA enquanto documento inscrito no tempo. O papel atribuído ao PPA pela própria estrutura governamental não corresponde necessariamente ao que de fato é implementado ou aos elementos que prevalecem como orientadores da atuação estatal ou diretrizes internalizadas pelos diversos órgãos da administração pública federal (Paulo, 2010; Calmon e Gusso, 2009; Abreu e Câmara, 2015). Essa ponderação, no entanto, não impede a utilização do PPA como instrumento válido para explorar discursivamente como questões – como a dimensão de gênero, em nosso caso – são (ou não) apresentadas ao longo das inúmeras metas e iniciativas dispostas nos documentos que o integram.

O PPA assumiria, nesse sentido, atributos de *policy text* na medida em que constitui uma das formas de materialização das políticas públicas – na acepção dada por Ball (1993a; 1993b), na qual documentos legais, oficiais, políticos, comentários formais ou informais sobre textos oficiais e pronunciamentos constituem *policy texts*. Resultado de disputas e compromissos estabelecidos entre atores e grupos envolvidos na sua elaboração, o PPA seria permeado por representações múltiplas – e até mesmo concorrentes –, dada a dinâmica conflitiva na qual agendas específicas, visões de mundo e interesses são confrontados. Nesse sentido, a predominância de determinadas representações estaria relacionada às correlações de força e influência presentes nas arenas de formulação do PPA.

É razoável afirmar que a construção do PPA, enquanto *policy text*, não pode ser caracterizada como processo configurado a partir de autoria única e delimitada (situada em um ministério, por exemplo) mas, sim, como decorrência de disputas que produzem combinações entre elementos oriundos de múltiplos atores, agendas e instituições

que travam relações de competição e/ou cooperação entre si dentro do arcabouço estatal ou fora dele (Bustello e Verloo, 2009). Retomando a discussão feita anteriormente, as disputas ocorridas no âmbito da formulação de um determinado produto governamental seriam então marcadas por relações assimétricas de poder e influência entre atores e instituições, pautados por interesses e referenciais heterogêneos, e, por vezes, opostos, no decorrer das etapas de elaboração do PPA.

Sob um espectro mais amplo, as etapas de estruturação têm apresentado variações mais ou menos significativas entre as edições do PPA. No caso do documento referente ao período 2016-2019, o processo de elaboração, coordenado pelo então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pode ser separado em três grandes etapas, ocorridas ao longo de 2015: *i*) definição dos programas temáticos e realização de oficinas de trabalho com todos os órgãos e as entidades da administração pública federal; *ii*) realização de fóruns regionais do Dialoga Brasil e do Fórum Interconselhos, como canais de diálogo com entidades e organizações da sociedade civil; e *iii*) realização de fóruns nacionais de secretários estaduais de planejamento, que contaram com a participação de representantes estaduais e municipais.

No âmbito federal, ocorreram 120 oficinas, que contaram com a participação de cerca de 4 mil pessoas, também foram realizadas reuniões bilaterais para a pactuação no caso de políticas transversais aos programas. A etapa de articulação com a sociedade civil contou com a realização de seis fóruns regionais e quatro fóruns setoriais, realizados com representantes de organizações de defesa de direitos das mulheres e da juventude, além do setor empresarial e sindical, onde os participantes puderam encaminhar propostas ou sugestões. Um total de mil propostas foram recebidas e sistematizadas pelo governo federal. O relatório de sistematização das propostas foi disponibilizado na sessão devolutiva do Fórum Interconselhos, indicando como e se as propostas haviam sido incorporadas ao texto final do PPA. Na dimensão federativa, os fóruns nacionais de secretários estaduais de planejamento contaram com o envolvimento do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan).

Finalizadas essas etapas, o Projeto de Lei (PL) do PPA 2016-2019 seguiu para análise do Congresso Nacional. De maneira geral, o texto aprovado pelo Congresso preservou a estrutura da proposta encaminhada pelo Poder Executivo e as mudanças realizadas pelos parlamentares se concentraram nos objetivos, nas metas e nas iniciativas dos

programas temáticos. Antes da sanção presidencial, a proposta do PPA foi submetida ao veto no âmbito do Poder Executivo, resultando no total de 303 objetivos e 1.132 metas/iniciativas que compuseram o conjunto de políticas públicas previstas para o período 2016-2019.

No transcorrer dessa sequência de eventos, é razoável supor a existência de filtros, restrições e limites materiais ou simbólicos capazes de afetar o rol das metas, diretrizes, ações e estratégicas entendidas como possíveis ou viáveis naquele momento. O entendimento sobre como esses filtros operam, aquilo que Offe (1984) definiu como seletividade, permite que sejam explicitadas aquelas ideias que foram capazes de passar pelo *crivo* presente nas inúmeras etapas de validação configuradas por diferentes atores e procedimentos. Segundo Offe (1984), as instituições políticas possuem uma seletividade própria que corresponde aos interesses predominantes nos inúmeros processos de valorização existentes. A ideia de seletividade ligada à noção de *filtros* como mecanismos que configuram regras de exclusão institucionalizadas é descrita por ele como:

uma configuração de regras de seleção que operam a) pela atualização de apenas um setor num conjunto de possíveis resultados e b) pela produção de uma homogeneidade ou consistência nos acontecimentos atualizados. Poderíamos dizer, de forma simplificada, que a seletividade é a restrição não-aleatória (isto é, sistemática) de um espaço de possibilidades (Offe, 1984, p. 151).

Os temas e assuntos que transbordam o bojo de legitimidade e aceitabilidade das estruturas que compõem o *ethos* governamental surgem como questões marginais ou aparecem de forma orientada para que não sejam mais que questões secundárias. Dessa forma, temas considerados *antissistema* viram *inundações políticas*, nas palavras de Offe (1984), e são apresentados como movimentos de protesto ou subculturas, desprovidos de vínculos institucionais, são apresentados como temas políticos pouco relevantes que ficam à margem dos processos de representação formal. Temas considerados *antissistema* surgem ou como temas marginais ou são submetidos à real possibilidade de nem ao menos surgirem enquanto problema político porque são *neutralizados* pelas estruturas discursivas da *política de verdade*, em seu uso foucaultiano (Foucault, 2008), de classificação e diferenciação das questões como válidas e inválidas, legítimas ou ilegítimas (Mello, 2007).

Enquanto *policy text*, o PPA atuaria na estruturação do campo das políticas ao posicionar atores em meio a dinâmicas de poder conferindo-lhes voz e voto, ao designar e legitimar funções no decorrer dos processos de discussão, assim como ao indicar

temas, grupos ou órgãos que detêm maior ou menor capacidade de influenciar o desenho final das propostas de ação. Muito além de viabilizarem a tradução de *intenções* em políticas de fato, os *policy texts* funcionariam como “testemunha material do poder do autor e da ordem institucional que ele representa” (Lejano e Park, 2015, p. 282).

Dado o caráter geral de documentos e materiais como o PPA, as formas a partir das quais questões tidas como *específicas* – como gênero ou mulheres – são apresentadas, e mesmo se são apresentadas, ganham relevância para compreender a força institucional de determinados temas e os modos de institucionalização das representações construídas sobre eles. A força institucional de um tema adviria, de um lado, da sua própria inclusão na agenda governamental, e, de outro, das conexões estabelecidas com demandas e pautas constitutivas da realidade do tema em questão (Bohn, 2010).

De maneira complementar, é possível defender a pertinência de agregar outro elemento para caracterizar a força institucional de um tema: a probabilidade de que ele realmente ocorra e gere repercussões sobre o problema ou demanda sobre o qual se dispôs a atuar. Nesse sentido, a compreensão da força institucional de questões ligadas às mulheres e à dimensão de gênero pressupõe que seja considerada não apenas a presença da temática no âmbito da atuação governamental, sob suas diversas formas e materializações, mas também a conexão existente entre determinado assunto e aquilo que é entendido como problema ou preocupação em torno da questão e, em último lugar, a chance de que essas ações realmente ocorram e seus possíveis efeitos sobre esses elementos.

A análise do PPA não permite que seja observada a totalidade das dimensões constitutivas da força institucional de determinado tema, mas pode contribuir para ilustrar os parâmetros a partir dos quais ocorre a inclusão do tema na agenda governamental, considerando suas particularidades enquanto produto governamental, e, em certa medida, como representações contidas no PPA dialogam com demandas associadas às mulheres como grupo social mais amplo.¹² A compreensão sobre como esses temas ganham materialidade e impactam a realidade social requer que sejam investigados os processos e fatores que compõem a dinâmica de implementação das ações previstas

12. Não significa essencializar demandas nem mulheres enquanto grupo coeso, homogêneo. Importante ressaltar interseccionalidade e sobreposições de desigualdades em função de certos fatores, como etnia, raça, classe, orientação sexual, entre outras clivagens. Para mais dados sobre esse assunto, ver Butler (2003) e Fraser (2001).

e os resultados alcançados no decorrer da execução das políticas. Entretanto, dada a limitação do texto, estas variáveis não foram objeto de investigação e serão contempladas em trabalhos posteriores.

Diferentemente de examinar produtos governamentais sob a ótica de *soluções para problemas sociais* ou de *compromissos políticos assumidos pelo governo* diante de atores públicos ou privados, as metas, as iniciativas e os objetivos contidos no PPA foram apreciados como elementos que expressam certas representações sobre problemas sociais, nos termos da discussão feita por Bacchi (1999), em que a análise de políticas públicas (*policy analysis*) é entendida como forma de compreender como significados são criados no e pelo processo de políticas públicas (*policy process*). Na medida em que são criados programas e definidas metas e iniciativas voltadas para solucionar ou impactar problemas posicionados como relevantes na agenda governamental, é razoável supor que subjacente a eles existam premissas sobre sua natureza, causas, públicos afetados por essas condições e estratégias mais apropriadas de enfrentamento do tema. Nesse sentido, o deslocamento do foco analítico para a evidenciação dessas representações requer que seja problematizado, inclusive, o arcabouço de soluções propostas para os diferentes problemas sociais, considerando que elas próprias derivam de imagens construídas sobre esses temas.

No caso da dimensão de gênero, isso significa assumir que a forma com que as mulheres são representadas constitui uma peça central para explicar as dinâmicas de restrição ou ampliação das opções disponíveis para compreender problemas relacionados a demandas associadas às mulheres, assim como para entender os *perfis* de mulheres a quem as políticas devem ser endereçadas, sob quais condições e a partir de quais instrumentos de políticas públicas. Representações, nesse caso, deixam de compor um campo ligado apenas a percepções ou estratégias retóricas e discursivas e passam a operar enquanto mecanismos relevantes para moldar o desenho das políticas, seu escopo de atuação, estratégias de implementação e resultados esperados.

4 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

O PPA 2016-2019 foi organizado a partir de duas dimensões. A primeira, definida como *programática*, era composta pelos seguintes tópicos: *i*) visão de futuro; *ii*) cenário macroeconômico; *iii*) quatro eixos estratégicos; e *iv*) vinte e oito diretrizes estratégicas.

E a segunda, denominada *tática*, apresentava 54 programas temáticos,¹³ além dos programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado¹⁴ (Brasil, 2015).¹⁵

Para os fins da análise, foram selecionados como objeto de investigação apenas os *objetivos*, as *metas* e as *iniciativas* associados aos *programas temáticos* do PPA. Em linhas gerais, os *programas temáticos* seriam capazes de retratar a agenda do governo e estariam organizados a partir de “recortes selecionados de políticas públicas que orientam a ação governamental” (Brasil, 2015, p. 7), devendo refletir as prioridades elencadas nos diferentes planos setoriais. Além disso, permitiriam que fossem identificadas dimensões de transversalidade e multisetorialidade intrínsecas às políticas públicas, como nos casos dos programas *Inclusão social, por meio do programa Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas* ou ainda *Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar*.

Em contrapartida, os *objetivos* teriam como função “expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade” (Brasil, 2015), além de orientarem a ação do governo. O conjunto de objetivos previstos em um programa temático revelaria a estratégia adotada pela estrutura governamental nas diferentes políticas públicas. Exemplo disso seria o programa temático *Políticas para as mulheres: promoção da igualdade e enfrentamento à violência*, em que os objetivos listados englobam o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres; o fortalecimento da participação feminina nas instâncias de poder; a ampliação do diálogo com a sociedade civil; a promoção da transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero; e, por último, a promoção da autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos das mulheres.

As *metas*, conforme esperado, representam a medida definida para o alcance dos objetivos indicados. Podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa e, *a priori*, deveriam ser caracterizadas pela exequibilidade e serem passíveis de monitoramento, além de representarem um maior detalhamento sobre os “desafios escolhidos pelos governos a serem enfrentados no período do plano” (Brasil, 2015, p. 13). Por último, as *iniciativas*

13. Esses são organizados por recortes selecionados de políticas públicas, expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade e correspondem a 84% do total de programas previstos.

14. Ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental totalizam 16% dos programas previstos no PPA.

15. Para mais informações sobre a estrutura do PPA 2016-2019, ver Brasil (2015).

cumprem o papel de indicar os meios a partir dos quais os objetivos e as metas seriam viabilizados, o *como fazer* e as entregas de bens e serviços provenientes da ação do Estado sob os mais diversos arranjos. No âmbito do objetivo: *Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional* figurava como exemplo de iniciativa o envio ao Congresso Nacional de proposta de criminalização da discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero; e como meta a universalização do registro civil de nascimento entre crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica.

Ao todo foram considerados 54 programas temáticos, 303 objetivos e 1.132 metas/iniciativas (Brasil, 2015). Tendo em conta o teor atribuído a essas categorias, é razoável supor que a análise desses elementos forneceria, potencialmente, indícios sobre como ocorre a incorporação das mulheres no escopo dessas políticas e quais visões estatais emergem dessas estratégias. No intuito de verificar a pertinência dessas suposições, a análise foi dividida em duas etapas.

4.1 Etapa 1: análise textual e identificação dos termos presentes nos campos do PPA

Para permitir a análise dos campos previstos no PPA a partir das diferentes representações associadas às visões estatais (inclusiva, reprodutiva, produtiva e reativa), foi realizada a análise textual dos campos *objetivos, metas e iniciativas*, permitindo assim a identificação de termos e expressões que pudessem indicar, direta ou indiretamente, mulheres enquanto público afetado pela ação. Isso implica assumir que, mesmo que uma ação não tenha mulheres como público-alvo específico, elas podem ser afetadas, de maneira positiva ou não, pela execução de uma série de políticas e ações.

Para tanto, utilizou-se o procedimento de *text mining*¹⁶ para localizar termos associados às diferentes visões estatais de acordo com pressupostos e premissas contidos em cada uma delas. No caso da visão reprodutiva, julgamos pertinente listar termos

16. *Text mining*, ou mineração de dados textuais, é um procedimento que permite a análise textual de dados conforme a presença ou ausência de termos predefinidos. No caso desta análise, foi utilizado um *script* específico desenvolvido pelas autoras a partir do *software* estatístico R. Para mais informações, ver Feldman e Sanger (2006).

associados à maternidade, à infância e ao cuidado. Na visão produtiva, foram selecionados termos ligados ao mercado de trabalho, como produtora, trabalhadora, empreendedora. No caso da visão inclusiva, foram incluídos termos como discriminação, violência, sexismo, feminicídio, entre outros. E foram acrescentados ainda na análise termos mais genéricos que poderiam estar associados a qualquer uma das visões, por exemplo, mulher, beneficiária, feminino e gênero. É importante ressaltar que, apesar da tipologia proposta conter quatro visões estatais, foram consideradas apenas três delas em função da natureza do PPA enquanto instrumento de planejamento de ações. Não é possível, nesse sentido, identificar casos vinculados à visão reativa nos campos analisados e, por isso, eles estão ausentes da análise, apesar da possibilidade de que essas ações sejam passíveis de modificação ao longo de sua implementação. As categorias e os termos associados a cada uma das visões estão descritos no quadro 1.

QUADRO 1
Tipologia segundo visões estatais e termos correlatos¹

Categorias	Termos associados
Geral ²	Mulher, feminina, gênero, sexo, sexual, menina.
Visão inclusiva	Femicídio, discriminação, sexismo, LGBT, lésbica, transexual, homossexualidade, transgênero, sexualidade, violência doméstica, violência contra a mulher, assédio sexual, idosa, negra.
Visão produtiva	Trabalhadora, produtora, empreendedora, empresária, assalariada, desempregada, empregada, doméstica.
Visão reprodutiva	Mãe, materno, maternidade, gestante, lactante, cuidado, infantil, criança, infância, gravidez, grávida, amamentação, lactação.

Elaboração das autoras.

Notas: ¹ Foram consideradas as inflexões de gênero e o singular e plural de todos os termos.

² Os termos classificados como geral podem aparecer associados a qualquer uma das visões listadas no quadro, por isso possuem uma categoria própria.

Obs.: A visão reativa foi excluída da análise em função da impossibilidade de verificar alterações nas políticas durante sua execução no texto do PPA.

Vale ressaltar que a presença de termos como família, criança ou cuidado não é suficiente para indicar a existência de um componente de gênero no escopo de determinada meta ou iniciativa, por exemplo, nem mesmo se mulheres podem vir a ser, direta ou indiretamente, afetadas/impactadas por essas ações. Em função disso, foi necessário analisar cada um dos casos captados pelo algoritmo para confirmar de que forma mulheres seriam afetadas por essas ações.

4.2 Etapa 2: qualificação

Para aprimorar o recorte baseado nos termos encontrados, foram atribuídas outras variáveis a cada um dos objetivos, das metas e das iniciativas que permitissem compreender se e como o atendimento de mulheres estava previsto na descrição dos campos textuais analisados. Essa opção mostrou-se válida porque a associação direta entre os casos e as

categorias previstas na tipologia de visões estatais sobre as mulheres não seria suficiente para indicar as nuances contidas nos diferentes casos analisados. Para mitigar essa lacuna, as variáveis agregadas à análise foram divididas em: tema ou macro-objetivo; viés de atendimento das mulheres; público-alvo da ação, e estão detalhadas no quadro 2.

QUADRO 2
Variáveis agregadas à análise, sua descrição e categorias

Variáveis	Descrição	Categorias
Viés de atendimento	Refere-se à forma com que as mulheres são incorporadas na ação e, conseqüentemente, como são atendidas por elas. Essas situações podem variar desde o atendimento de mulheres como parte do conjunto da população, passando por casos em que elas são atendidas enquanto mães de crianças e adolescentes, ou como membro de um núcleo familiar até os casos em que as mulheres são apontadas como principal público da ação. Relação com a incorporação das mulheres à ação.	<i>Universal ou difuso</i> : mulheres são atendidas por pertencerem à população como um todo sem que existam critérios explícitos de inclusão de determinadas parcelas da população. <i>Igualdade de gênero</i> : demandas associadas às mulheres constituem o escopo majoritário da ação e existe preocupação com a redução de desigualdades entre homens e mulheres. <i>Cuidado</i> : mulheres são incorporadas à ação a partir de papéis associados ao cuidado, incluindo aqui aquelas orientadas especificamente para atender crianças, idosos, portadores de deficiência, entre outros. <i>Arranjo familiar</i> : mulheres são incorporadas à ação como parte de um núcleo familiar, na medida em que a família constitui a unidade de atendimento prevista. <i>Principais beneficiárias das políticas</i> : mulheres são as principais beneficiárias da ação por razões administrativas/legais (titularidade do Programa Bolsa Família – PBF, por exemplo) ou por constituírem a maioria do público beneficiado mesmo sem haver previsão específica para isso.
Tema ou macro-objetivo	Grande área à qual a ação pertence no âmbito das políticas públicas setoriais. Relação com a finalidade da ação.	<i>Acesso a serviços</i> : ações que visam ampliar o acesso a serviços básicos, como saúde e educação. <i>Inclusão social e transferência de renda</i> : ações ligadas a programas, como PBF, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e políticas socioassistenciais. <i>Inclusão produtiva</i> : ações voltadas para a ampliação de oportunidades laborais e de geração de renda. <i>Cidadania</i> : ações referentes à promoção de direitos humanos, pautas identitárias e de reconhecimento. <i>Outros</i> : ações que não se enquadram nas categorias anteriores.
Público-alvo (grandes grupos) ¹	Público ao qual se destina a ação. Relação com direcionamento da ação.	<i>População em geral</i> <i>População em situação de vulnerabilidade</i> : população de baixa renda, beneficiários do PBF e Cadastro Único, ou em situação de violação de direitos. <i>Outros segmentos ligados ao cuidado</i> : idosos e pessoas com deficiência (PCD). <i>Crianças e adolescentes</i> <i>Mulheres</i> <i>Minorias e grupos difusos</i> : referência a vários grupos populacionais incluídos na mesma ação. Casos em que uma só medida inclui diversos públicos, como população negra, mulheres, população LGBT, juventude e meio rural, por exemplo. <i>Grupos populacionais específicos</i> : ação específica quem vai receber a ação entre grupos, como povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária.

Elaboração das autoras.

Nota: ¹ Os diferentes públicos verificados totalizaram dezessete tipos que foram, posteriormente, agregados de acordo com os grandes grupos e conforme as categorias apresentadas.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de apresentar os resultados obtidos a partir da análise textual das variáveis consideradas no PPA, vale mencionar que, apesar de não terem sido objeto da análise, componentes da dimensão estratégica do PPA, como *visão de futuro*, *eixos estratégicos* e *diretrizes*, também apresentaram enunciados relacionados às mulheres e às demandas associadas a elas.

Aspectos mais gerais que englobam, em algum sentido, temas e questões ligadas à agenda de promoção da igualdade de gênero, como *respeito e valorização da diversidade, sociedade inclusiva, igualitária e democrática e redução das desigualdades*, foram observados na seção *visão de futuro*. Nos *eixos estratégicos*, as mulheres são mencionadas especificamente no item *Inclusão social e redução das desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade* em conjunto com outros públicos que seriam também foco de políticas de desenvolvimento social e nas *diretrizes estratégicas* há uma menção explícita em um dos itens voltado para a *promoção da igualdade de gênero e étnico-racial*.

Entre os 54 programas temáticos que compuseram o PPA 2016-2019 (apêndice A), apenas quatro apresentaram termos associados à dimensão de gênero com base nos termos propostos.¹⁷ Dada a natureza mais geral dos programas, este resultado não surpreende e não indica, necessariamente, a baixa presença de ações capazes de atender as mulheres em suas diversas demandas e reivindicações, denotando a insuficiência de analisar apenas os programas temáticos como fonte de informação para entender as diferentes formas de incorporação das mulheres nas ações previstas no PPA.¹⁸

De maneira geral, as menções às mulheres aparecem atreladas a dois componentes: *i)* áreas temáticas de igualdade de gênero e políticas de desenvolvimento social; e *ii)* sempre em conjunto com outros públicos específicos. Julgamos relevante entender de que forma essas representações ou expectativas enunciadas nas seções mais abrangentes do PPA dialogam com o detalhamento descrito nas metas, nas iniciativas e nos

17. Os programas foram: Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Inclusão Social por meio do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais; e Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar.

18. A palavra *ação* nesse caso assume uma acepção mais geral e não corresponde ao termo técnico *ação orçamentária* presente em algumas edições do PPA.

objetivos apresentados. Por esta razão, recorreremos ao conteúdo textual destes campos como expressões mais significativas de possíveis representações associadas às mulheres no âmbito das ações previstas no PPA.

5.1 Caracterização geral

Do total de 303 objetivos apresentados no PPA, 13,2% (quarenta deles) apresentaram algum dos termos listados na análise textual, conforme descrito no apêndice B. Esses objetivos estão distribuídos majoritariamente entre sete órgãos: Presidência da República (42%); Direitos Humanos (20%); Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA (17,5%); e Ministério da Justiça – MJ, Ministério da Saúde – MS, Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR e Ministério da Economia – ME respondem pelos 20,5% restantes dos objetivos analisados.

Do total de 1.132 iniciativas ou metas, foram analisados 389 casos¹⁹ (34% do total), compostos 65% por iniciativas e 35% por metas associadas a algum órgão específico (apêndice C). De maneira similar ao verificado entre os objetivos, as metas concentram-se basicamente em quatro órgãos: Presidência da República (37%); Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH (20%); MDSA (15%); e MS (14%).

Quando observada a distribuição de objetivos e metas/iniciativas por temas, é possível verificar que a categoria *cidadania* prevalece em ambos com mais da metade dos casos incluindo questões como defesa de direitos, moradia, enfrentamento à discriminação, entre outros. Em segundo lugar, figuram ações ligadas à *inclusão produtiva* (cerca de 22%) seguidas, nos objetivos, dos grupos *inclusão social e transferência de renda* e *acesso a serviços* que aparecem, respectivamente, com 10% e 7,5% dos casos. Enquanto nas metas/iniciativas, *acesso a serviços* ocupa a terceira posição com 17% do total. Os casos restantes tratam de assuntos diversos classificados como *outros*.

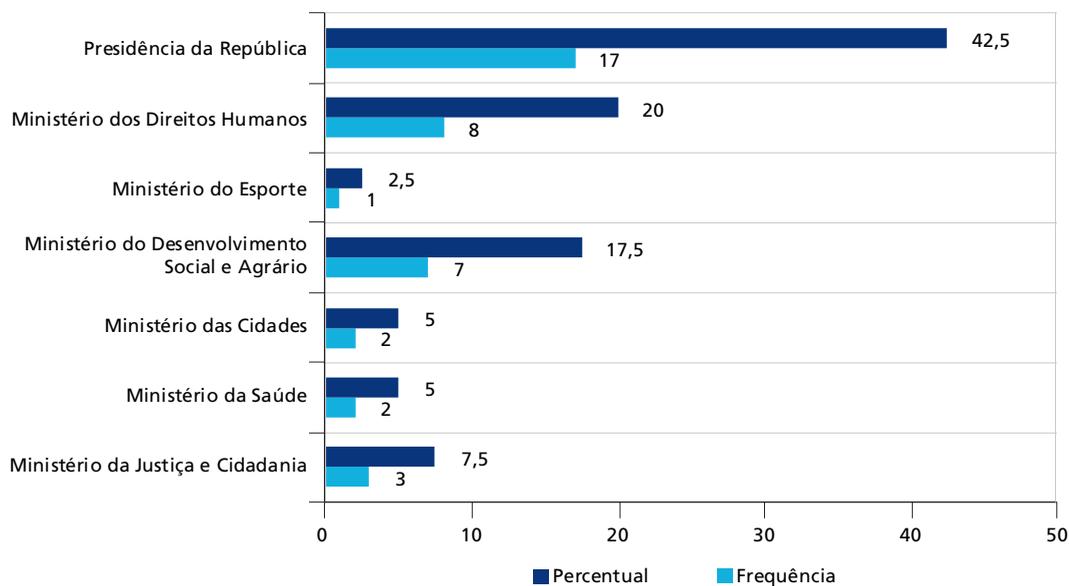
De maneira geral, esses resultados sugerem uma concentração dos termos em propostas sob a responsabilidade de poucos órgãos e de ações predominantemente ligadas à temática de cidadania.

19. Os 389 casos de iniciativas e metas não estão restritos aos quarenta objetivos que foram identificados após o procedimento de *text mining*. Isso ocorre devido à possibilidade de que metas e iniciativas captadas pela análise podem estar contidas em Objetivos mais gerais, nos quais a dimensão de gênero não está explicitada.

GRÁFICOS 1

Distribuição dos objetivos por órgãos

(Em números absolutos e %)

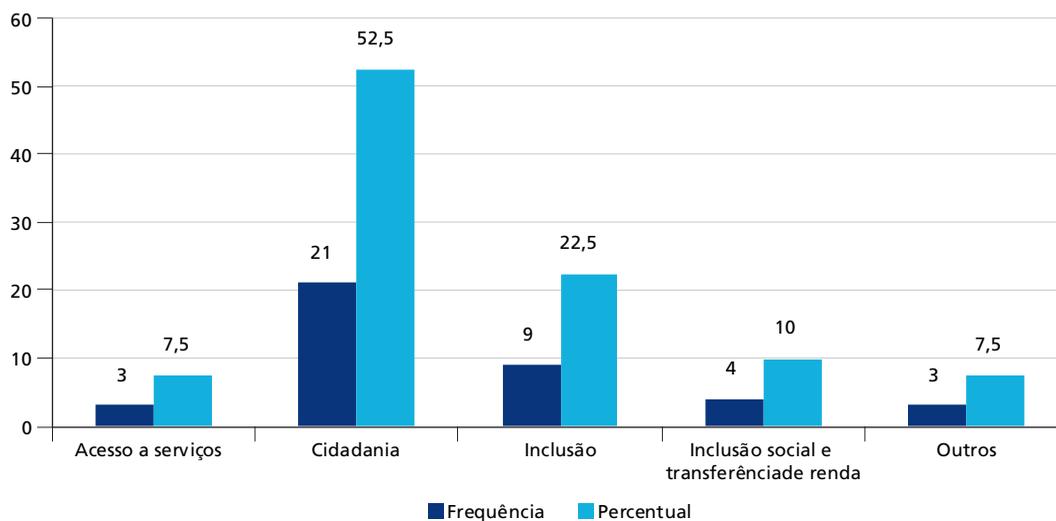


Elaboração das autoras.

GRÁFICO 2

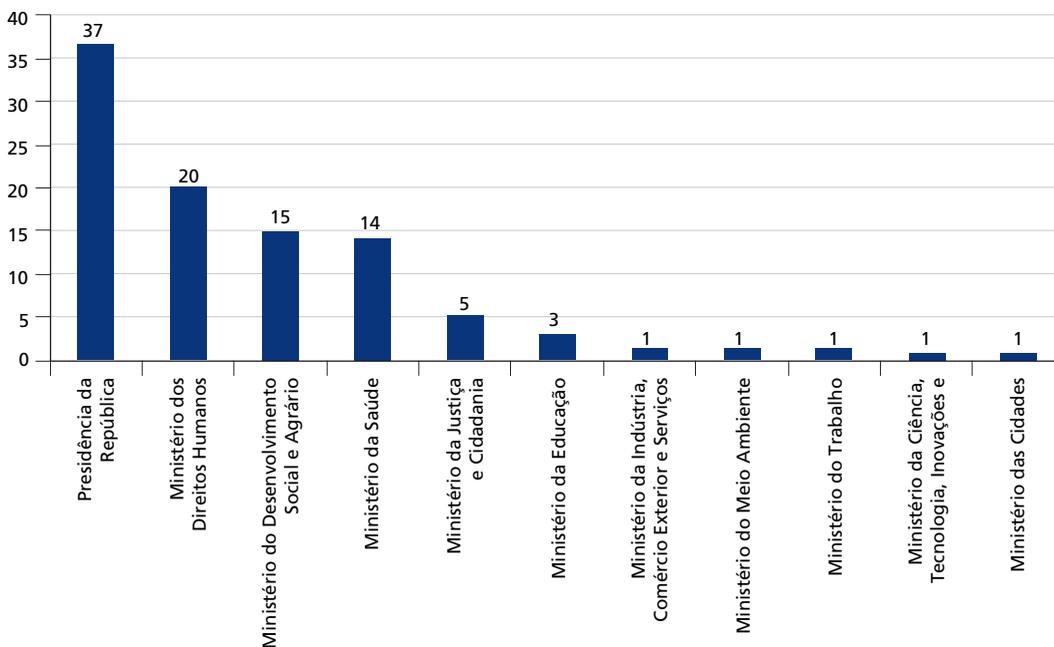
Distribuição dos objetivos por temas ou macro-objetivos

(Em números absolutos e %)



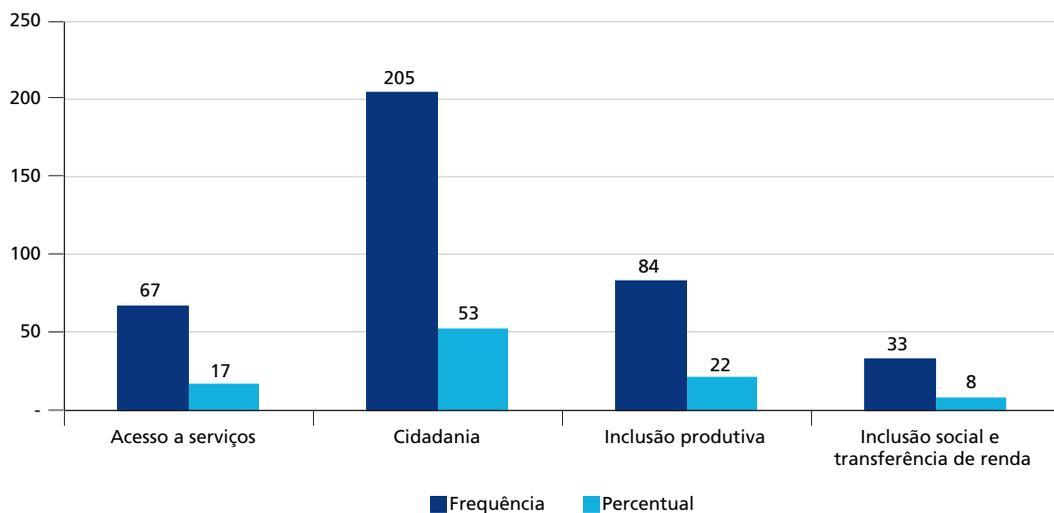
Elaboração das autoras.

GRÁFICOS 3
Distribuição das metas e iniciativas por órgãos
 (Em %)



Elaboração das autoras

GRÁFICO 4
Distribuição das metas e iniciativas por temas ou macro-objetivos
 (Em números absolutos e %)



Elaboração das autoras

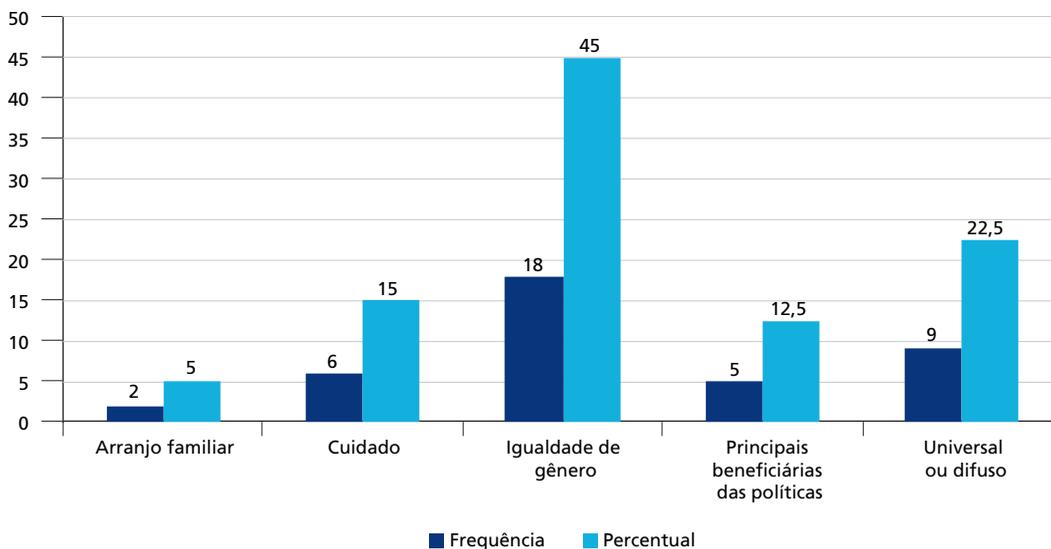
5.2 Viés de atendimento: temas, públicos e órgãos

Como tratado anteriormente, assume-se como pressuposto teórico o potencial analítico de *policy texts* como instrumentos capazes de contribuir para o entendimento das acepções e dos sentidos constituídos a respeito dos diferentes públicos e agendas sobre os quais a estrutura governamental atua. Nesse sentido, observar o viés de atendimento das mulheres presente nas ações que compõem o PPA contribui para compreender sob quais perspectivas elas são contempladas no âmbito da ação estatal. Esses vieses referem-se à forma com que as mulheres são incorporadas à ação e conseqüentemente como, potencialmente, serão atendidas por elas. Essas situações podem variar desde o atendimento de mulheres enquanto parte do conjunto da população; passando por casos em que elas são atendidas por serem mães/cuidadoras de indivíduos com algum grau de dependência; como membros de um núcleo familiar; chegando até os casos em que mulheres são explicitamente apontadas como principal público da ação.

Predomina entre objetivos (45%) e metas/iniciativas (53%) o atendimento das mulheres a partir do viés de promoção da *igualdade de gênero*. Apesar dessa semelhança, as demais posições apresentam diferenças substantivas entre os dois tipos de ações consideradas na análise. Nos objetivos, o segundo lugar é ocupado pelo atendimento às mulheres de maneira *universal ou difusa* (22,5%), em que são contempladas por comporem a população em geral, sem que haja intenção de atendê-las especificamente. A perspectiva do *cuidado* corresponde a 15% e elas são as *principais beneficiárias das políticas* em 12,5% dos casos. O atendimento via direcionamento da ação para o *núcleo familiar* responde por 5% dos casos.

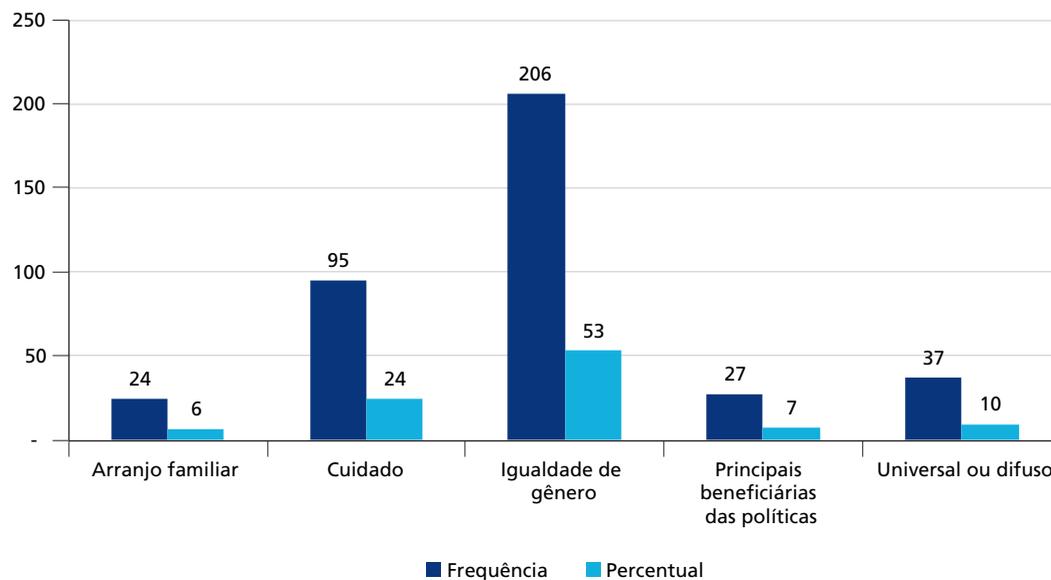
Em relação às metas e iniciativas, ações voltadas para o *cuidado* aparecem com 24%; e, em terceiro lugar, ações de *caráter universal ou difuso* (10%). Nesse sentido, estratégias associadas à visão inclusiva prevalecem, mas é possível observar a forte presença de estratégias permeadas pela visão reprodutiva em relação às mulheres perfazendo um quarto das ações previstas no PPA que possuem alguma relação com o público feminino nos moldes da metodologia proposta.

GRÁFICO 5
Distribuição dos objetivos por viés de atendimento
 (Em números absolutos e %)



Elaboração das autoras.

GRÁFICO 6
Distribuição das metas e iniciativas por viés de atendimento
 (Em números absolutos e %)



Elaboração das autoras.

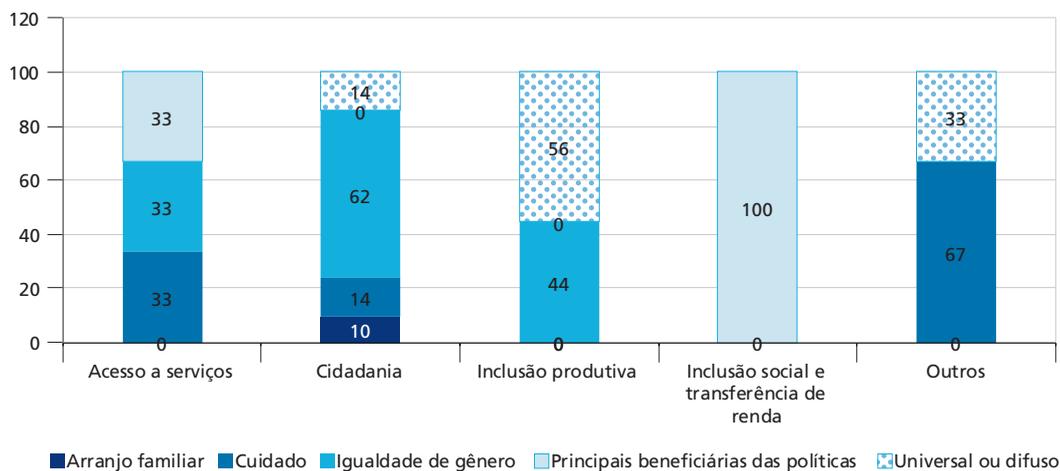
Focando a distribuição dos vieses de atendimento entre os temas presentes nos objetivos, é possível perceber que *acesso a serviços* possui distribuição idêntica entre três categorias: ações cuja inclusão feminina ocorre sob a dimensão da igualdade de gênero, do cuidado e das mulheres enquanto principais beneficiárias da ação. No tema *cidadania*, prevalece igualdade de gênero (62%), seguida pelo caráter universal ou difuso de atendimento e pela dimensão do cuidado, ambas com 14% dos casos e aquelas ações direcionadas ao arranjo familiar com 10% do total.

A composição dos objetivos classificados como *inclusão produtiva* dividiu-se entre atendimento universal ou difuso (56%) e igualdade de gênero (44%), denotando a presença de estratégias orientadas para ampliar as possibilidades de inserção feminina no mundo do trabalho. As ações de *inclusão social e transferências de renda* incluem basicamente o PBF e as ações socioassistenciais. Em ambas, as mulheres constituem parcela majoritária das beneficiárias das políticas²⁰ e, por último, no caso da categoria *outros*, verificamos como viés predominante o cuidado (67%), seguido do atendimento universal ou difuso (33%).

GRÁFICO 7

Distribuição dos vieses de atendimento dos objetivos por tema ou macro-objetivo

(Em %)

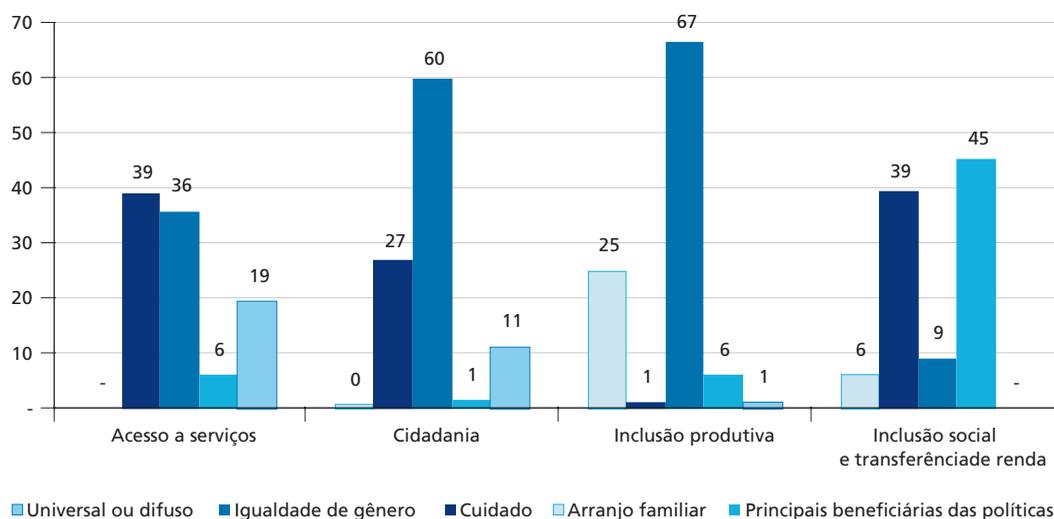


Elaboração das autoras.

20. As mulheres perfazem a maior parte dos titulares do PBF, do Cadastro Único para programas sociais, bem como são as principais usuárias dos serviços ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Para mais informações, ver: <<https://bit.ly/2Pu1uTP>>.

A distribuição dos temas das iniciativas e metas por viés de atendimento apresenta resultados similares aos observados nos objetivos, no entanto, ocorre uma mudança significativa nas ações de *inclusão produtiva*, em que 67% das metas/iniciativas visam atender as mulheres a partir da perspectiva de igualdade de gênero, enquanto nos objetivos esse percentual estava em torno de 44%. Ainda neste tema, ganham força ações com viés de atendimento direcionado ao núcleo familiar (25%), categoria ausente entre os objetivos.

GRÁFICO 8
Distribuição dos vieses de atendimento das iniciativas e metas por tema ou macro-objetivo (Em %)



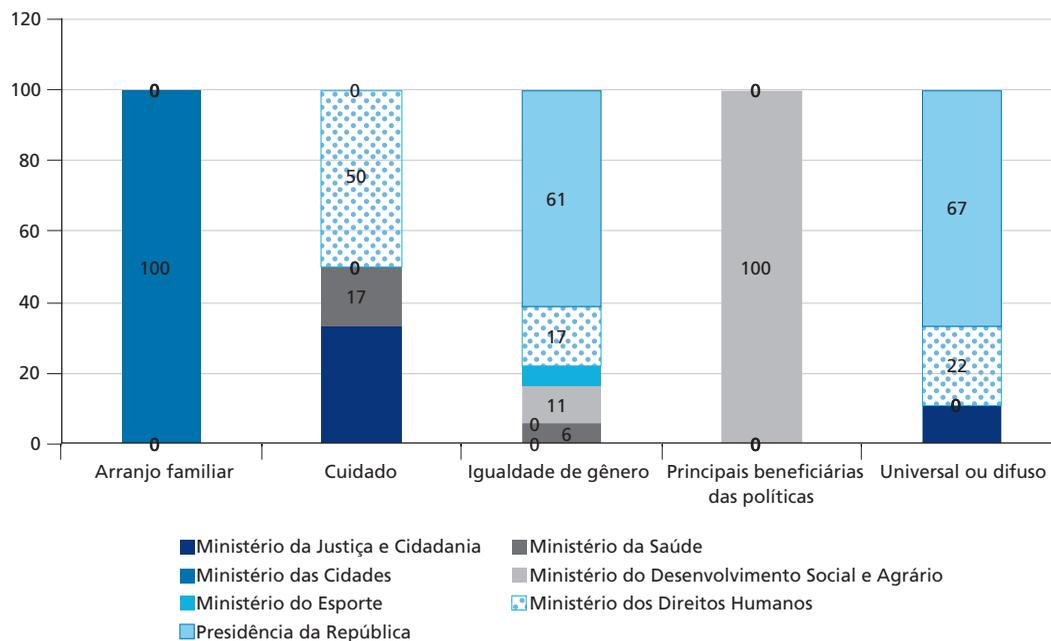
Elaboração das autoras.

O detalhamento dos objetivos e das metas/iniciativas considerando os órgãos aos quais estão associados e as possíveis diferenças existentes entre os vieses de atendimento é central para a compreensão sobre como e se ocorrem variações substantivas nas estratégias encampadas pelos órgãos governamentais visando ao atendimento de mulheres.

De maneira geral, os resultados encontrados são convergentes com as principais agendas coordenadas pelos órgãos e suas competências institucionais. No caso dos objetivos, as categorias *igualdade de gênero* e *universal ou difuso* apresentam maiores participações da Presidência da República, local onde esteve alocada a Secretaria de Política para as Mulheres e também a Secretaria de Agricultura Familiar, responsável por parte dos

objetivos de viés universal ou difuso voltados para a pauta de fortalecimento da agricultura familiar. Na pauta de *cuidado*, observamos a presença majoritária de três ministérios, MDH (50%), MJ (33%) e MS (17%) devido, principalmente, à presença de agendas voltadas para primeira infância e crianças e adolescentes existentes nos três órgãos.

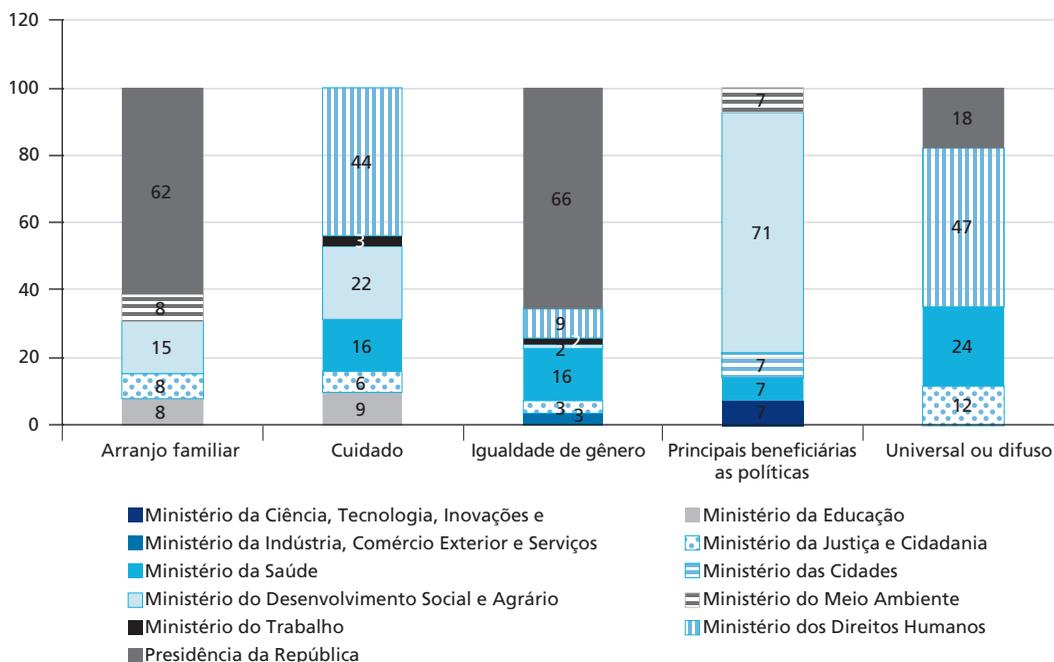
GRÁFICO 9
Distribuição dos objetivos por órgãos e viés de atendimento
(Em %)



Elaboração das autoras.

Em relação às metas/iniciativas, como esperado, a composição dos vieses por órgão apresenta maior diversificação. Um exemplo disso ocorre no viés *arranjo familiar*, em que prevalecem os objetivos do Ministério das Cidades, vinculados à execução do Programa Minha Casa Minha Vida e, em contrapartida, as metas/iniciativas são caracterizadas pela dispersão setorial das ações direcionadas aos núcleos familiares. Isso indica a existência de ações com potencial efeito sobre as mulheres em diversos órgãos, mesmo entre aqueles que não contem formalmente com programas voltados à promoção da igualdade de gênero ou que não possuam indicação desse tema como parte do rol de suas competências institucionais ou atribuições setoriais.

GRÁFICO 10
Distribuição das metas/iniciativas por órgãos e vies de atendimento
 (Em %)



Elaboração das autoras.

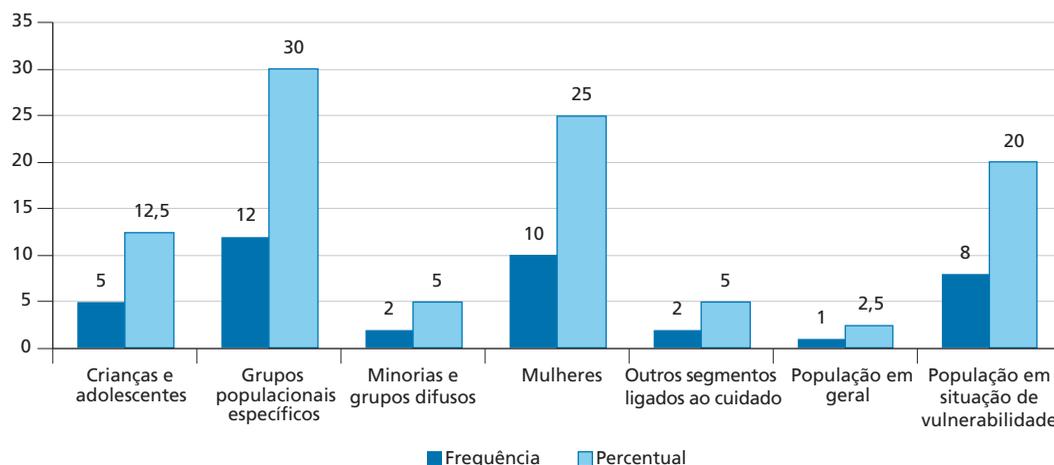
5.3 Público-alvo: temas, vieses e órgãos

A forma assumida pelas representações associadas às mulheres constitui peça central para explicar as dinâmicas de restrição ou ampliação capazes de impactar as reais possibilidades de seu acesso e atendimento. Mais que isso, importa explicitar os múltiplos *perfis* de mulheres a quem as políticas são endereçadas; quais as condições de produção dessas políticas e de quais instrumentos e recursos o aparato governamental dispõe para a consecução dos objetivos previstos nessas ações. A delimitação do público-alvo presente nessas intervenções revela muito sobre as dinâmicas de inclusão e exclusão de mulheres em função das diferentes clivagens que as caracterizam.

Nessa direção, chama atenção a prevalência de *grupos populacionais específicos* como principal público entre os objetivos listados no PPA, perfazendo 30% dos casos. Isso se deve, em especial, à alta participação de objetivos relacionados a programas setoriais, como Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária e Governança Fundiária. Ocupando a segunda posição, as *mulheres* aparecem como público mais frequente, em 25% dos casos, seguidas da *população em situação de vulnerabilidade*, com 20% do total, indicando o atendimento feminino a partir de suas especificidades e clivagens sociais.

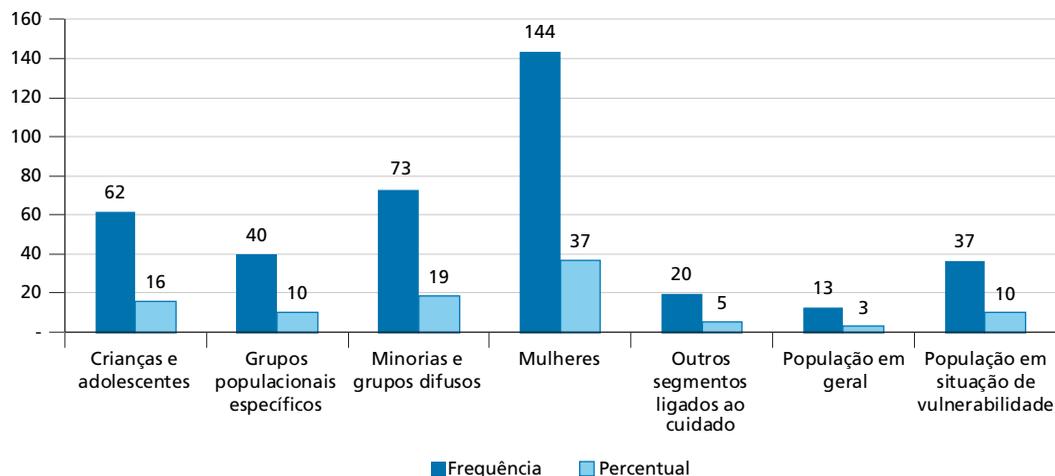
Em relação ao público preponderante entre iniciativas/metasp, *mulheres* surge como principal grupo beneficiado com 37% das menções. Somados os grupos *crianças e adolescentes* (16%) e *outros segmentos ligados ao cuidado* (5%), quase 21% das ações são direcionadas para setores ligados à esfera do cuidado e da dependência (crianças, adolescentes, idosos, PCD etc.). Em terceiro lugar (19%), as mulheres aparecem associadas com outros grupos identificados como *minorias ou difusos*. E em 10% dos casos, as ações são direcionadas para *população em situação de vulnerabilidade*, assim como *grupos populacionais específicos* respondem por 10% do total e, por último, *população em geral* com 3%.

GRÁFICO 11
Distribuição dos objetivos por público-alvo
(Em números absolutos e %)



Elaboração das autoras.

GRÁFICO 12
Distribuição das metas e iniciativas por público-alvo
 (Em números absolutos e %)



Elaboração das autoras.

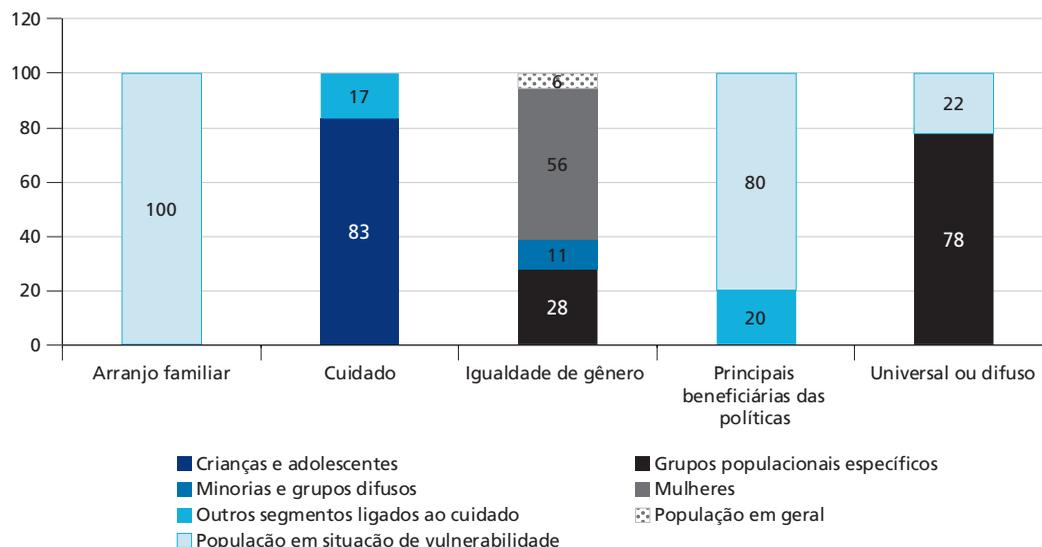
Foi considerada ainda a distribuição dos objetivos em relação ao público-alvo predominante em cada um dos vieses de atendimento. A partir desse recorte, foi possível notar que os atendimentos direcionados ao arranjo familiar são integralmente destinados à *população em situação de vulnerabilidade*. Naquelas ações em que o atendimento se dá a partir do viés do cuidado, *crianças e adolescentes* predominam (83%), seguidas de *outros segmentos ligados ao cuidado* (17%), no qual estão contempladas pessoas com deficiência e idosos.

Objetivos com viés de igualdade de gênero apresentam uma composição mais diversificada em que, apesar das *mulheres* predominarem (55,6%), grupos populacionais específicos (27,8%), minorias e grupos difusos (11,1%) e população em geral (5,6%) também são listados como públicos atendidos por esses objetivos.

E, finalmente, naquelas ações em que o viés de atendimento ocorre devido ao fato das mulheres constituírem o principal contingente de beneficiárias das políticas, predomina a *população em situação de vulnerabilidade* (80%), seguida de *outros segmentos ligados ao cuidado* (20%), resultado coerente com a natureza das políticas de inclusão social que não necessariamente contêm componentes de gênero explicitados em seu escopo, apesar de contarem com a forte presença de mulheres nas diversas fases

de implementação das ações. E, por último, nas ações caracterizadas como universal ou difusa, os principais públicos atendidos são *grupos populacionais específicos* (78%) e *população em situação de vulnerabilidade* (22%).

GRÁFICO 13
Distribuição do público-alvo dos objetivos por viés de atendimento
(Em %)



Elaboração das autoras.

Esses resultados expressam que, de maneira geral, em objetivos direcionados para o arranjo familiar e naqueles nos quais mulheres são as principais beneficiárias das políticas, o atendimento feminino ocorre, principalmente, a partir de sua condição de vulnerabilidade. Estão aí incluídos alguns objetivos, como: *i*) melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários; e ainda *ii*) fortalecer o Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda; entre outros.

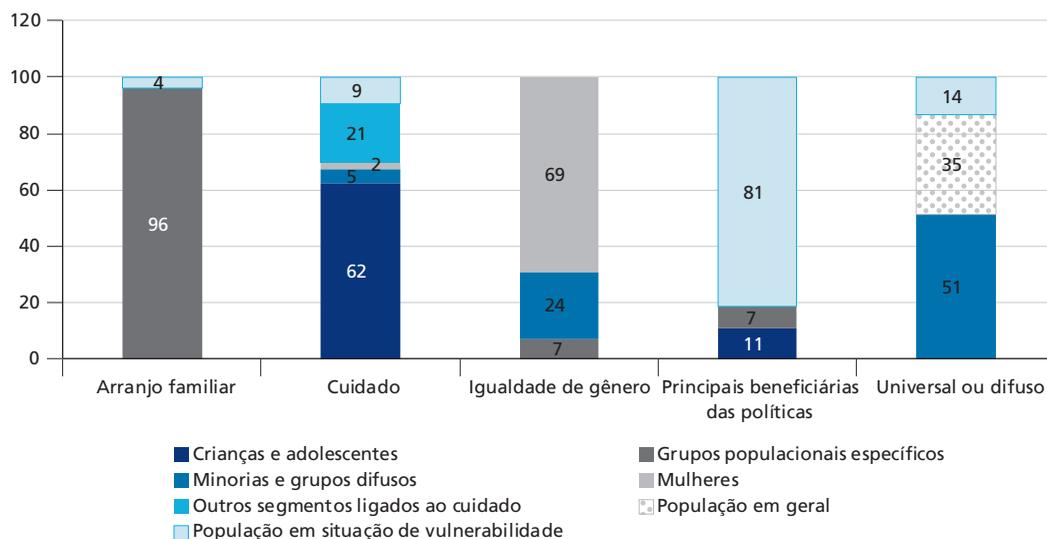
Como esperado, *crianças e adolescentes* prevalecem nos objetivos voltados para o cuidado, como a consolidação da Política Nacional de Direitos da Criança e Adolescente e a promoção e articulação de políticas e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados. A categoria *mulheres* aparece apenas em objetivos que possuem vieses de atendimento associados à igualdade de gênero. A presença neste viés de *grupos populacionais específicos* ocupa a segunda posição, o que poderia ser interpretado, em algum

sentido, como esforços de articulação entre divagens de gênero e outras ligadas à etnia, aos territórios e às identidades, por exemplo, que ao se sobrepor contribuem para aprofundar a desigualdade entre as mulheres e estas em relação aos homens.

No caso das metas/iniciativas, os atendimentos via arranjo familiar são compostos basicamente por *grupos populacionais específicos* (96%), divergindo dos resultados verificados no caso dos objetivos. Isso se deve, em grande medida, ao fato de aquelas iniciativas e metas direcionadas à unidade produtiva ou ao núcleo familiar estarem associadas a determinados públicos rurais, como agricultoras familiares, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, assentadas, entre outros.

No viés do cuidado, como esperado, prevalecem as *crianças e os adolescentes e outros segmentos ligados ao cuidado*. As *mulheres* perfazem 69% dos atendimentos com viés de promoção da igualdade de gênero. E, assim como observado nos objetivos, iniciativas/metad que possuem mulheres como principais beneficiárias das políticas estão focadas majoritariamente na *população em situação de vulnerabilidade* (81%). E, por último, também divergindo dos resultados encontrados nos objetivos, metas/iniciativas de caráter universal ou difuso possuem como principal público *minorias e grupos difusos* (51%), seguidos da *população em geral* (35%).

GRÁFICO 14
Distribuição das metas/iniciativas por público-alvo e viés de atendimento
 (Em %)



Elaboração das autoras.

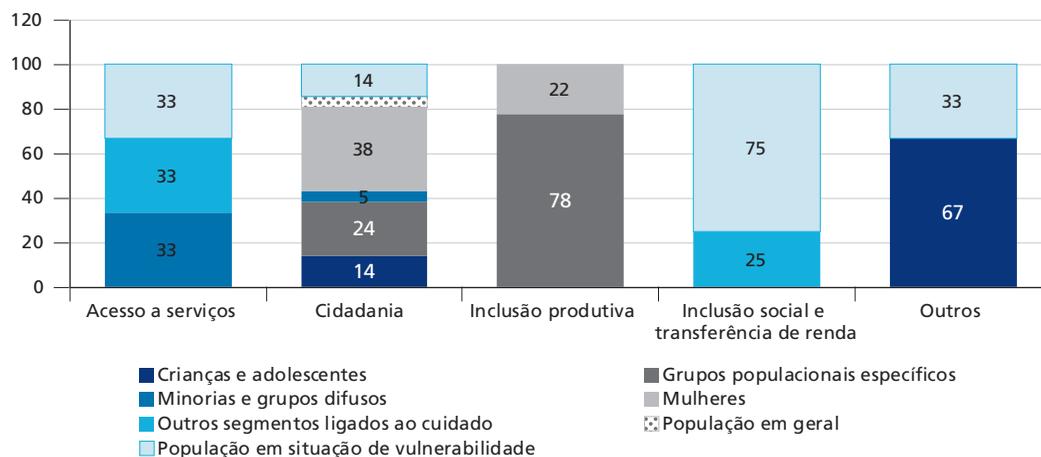
Finalmente, além de entender a distribuição geral dos públicos e suas variações em relação aos diferentes vieses de atendimento, observamos a repartição dos públicos entre os distintos temas contidos nos objetivos e nas iniciativas/metaprevistos no PPA.

Nesse aspecto, a distribuição dos objetivos por público aponta *cidadania* como tema que mais abarca públicos distintos. Prevaecem mulheres com 38% do total, seguidas de populações específicas (24%), e crianças e adolescentes e população em situação de vulnerabilidade empatados com 14% dos casos. As ações de *acesso a serviços*, mais uma vez, apresentam distribuição equânime entre as categorias: minorias e grupos difusos, outros segmentos ligados ao cuidado e população em situação de vulnerabilidade.

Vale destacar a prevalência de grupos específicos nas ações de *inclusão produtiva* perfazendo 78% dos casos. Isso se deve predominantemente à natureza dos objetivos previstos, os quais englobam estratégias de ampliação de oportunidades laborais e de geração de renda para alguns grupos, como agricultoras familiares, pescadoras, assentadas da reforma agrária, entre outros. E, com 22% do total, as mulheres constituem o segundo público das ações de inclusão produtiva sinalizando, de alguma forma, a condição feminina no mercado de trabalho como questão relevante na formulação de estratégias de ampliação das oportunidades laborais.

Objetivos classificados no tema *inclusão social* definem a população em situação de vulnerabilidade como principal público (75%), assim como outros segmentos ligados ao cuidado (25%). E, finalmente, na categoria *outros* prevaecem crianças e adolescentes com 67% do total.

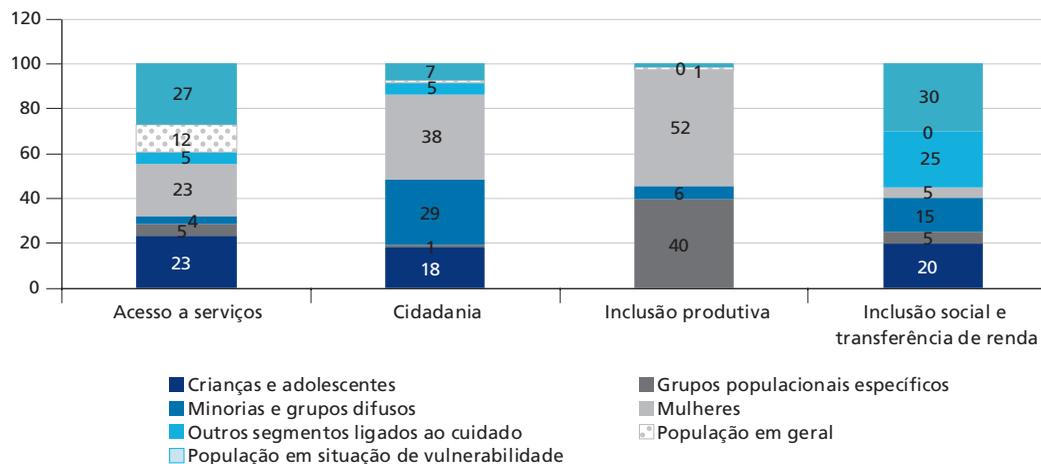
GRÁFICO 15
Distribuição do público-alvo dos objetivos por tema ou macro-objetivo
 (Em %)



Elaboração das autoras.

Replicando a tendência de maior diversificação dos resultados observados nas iniciativas e metas, a composição por público apresenta maior heterogeneidade, independentemente da área temática (gráfico 7), o que se deve, em grande medida, ao maior detalhamento e à necessidade de especificação que caracteriza (ou deveria caracterizar) essas ações no escopo do PPA.

GRÁFICO 16
Distribuição das metas e iniciativas por público-alvo e por tema/macro-objetivo
 (Em %)



Elaboração das autoras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, propusemos que as visões estatais sobre as mulheres são configuradas por ideias capazes de atribuir sentido a questões entendidas como *demandas e reivindicações femininas*. Na prática, a caracterização do que constituiria esse rol de demandas nas políticas públicas requer que um conjunto específico de aspectos seja eleito como o mais pertinente ou adequado para orientar a ação estatal em detrimento de outras possibilidades. Assumimos ainda que os efeitos da delimitação dos elementos interpretativos mobilizados para abordar essas questões exercem potencial impacto sobre o escopo das diferentes estratégias que constituem a atuação governamental.

Nesse intuito, foram articuladas noções decorrentes dos debates sobre o papel exercido pelas ideias na produção de políticas públicas; sobre o uso de *policy texts* como instrumento analítico pertinente para compreender a construção dos públicos-alvo das ações governamentais e suas dinâmicas de inclusão e exclusão; assim como as diferentes representações associadas às mulheres em políticas que gerem efeito, direto ou indireto, sobre o público feminino.

Vale ressaltar que a análise limitou-se à observação das visões estatais sobre as mulheres a partir de um produto governamental específico, o PPA 2016-2019,²¹ visando explicitar representações dispostas no conteúdo textual das ações que o compõem, sem, entretanto, avançar na discussão sobre a natureza e/ou intensidade das repercussões decorrentes da prevalência dessas noções em detrimento de outras possíveis na operacionalização dessas ações sobre as mulheres.

A despeito dessa ressalva, retomando a pergunta inicial sobre como diferentes visões do Estado sobre as mulheres permeiam o conteúdo dos objetivos, das metas e das iniciativas propostas no âmbito do PPA 2016-2019 enquanto instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes para a ação pública durante um período temporal, os resultados indicaram a prevalência, entre objetivos e iniciativas/metras, de ações caracterizadas pelos seguintes elementos.

21. Uma possibilidade de agenda futura de pesquisa seria fazer a mesma análise para os demais PPAs e avaliar o comportamento desses resultados ao longo do tempo.

- 1) Concentração em poucos órgãos da estrutura federal, onze dos então ministérios vigentes à época, com alta prevalência em dois deles: Presidência da República e o então Ministério dos Direitos Humanos.
- 2) Cidadania prevalece como principal tema das ações que estiveram associadas de alguma forma às mulheres, conforme a metodologia adotada na análise.
- 3) O atendimento às mulheres ocorreu predominantemente a partir do viés de igualdade de gênero, o que poderia ser lido como indicativo de esforços voltados para a agenda de promoção da igualdade de gênero; embora a segunda posição ainda seja ocupada por estratégias baseadas na lógica do cuidado, na qual as mulheres são incorporadas à ação a partir da sua responsabilização por setores populacionais com algum grau de dependência.
- 4) Forte presença de mulheres, enquanto grupo mais amplo, como público beneficiário acompanhado da incidência de mulheres pertencentes a grupos populacionais específicos como destinatárias de outro conjunto de ações, apontando a coexistência entre estratégias de caráter mais abrangente na definição do foco de suas ações e outras orientadas para atender mulheres a partir de especificidades que as caracterizem.

Considerando as articulações existentes entre as variáveis contempladas, mulheres, em sua noção mais ampla, prevalecem como público naquelas ações que adotam viés de atendimento atrelado à promoção da igualdade de gênero e em temas concernentes à agenda de cidadania.

Em relação aos vieses, a igualdade de gênero aparece associada a pautas de cidadania, inclusão produtiva e acesso a serviços, o que pode ser entendido como um aspecto positivo se levarmos em conta a diversidade da pauta e o potencial atendimento multidimensional de demandas associadas às mulheres. No entanto, apesar de heterogêneas, essas ações estão predominantemente concentradas em órgãos específicos. O que nos coloca diante de duas questões. Na mesma medida em que é crucial reconhecer a relevância que pautas transversais, como igualdade de gênero e étnico-racial ou combate às variadas formas de discriminação, tenham um lugar institucional formalmente reconhecido no interior da estrutura governamental, é pertinente questionar quais instrumentos e capacidades institucionais estão à disposição desses órgãos para efetivamente cumprir os objetivos a que se propõem no âmbito dessas agendas. A dimensão de transversalidade inerente a temas dessa natureza requer muitas vezes uma atuação que extrapola a governança de um único órgão sobre um rol bastante diversificado de assuntos. Ações que apresentam viés de igualdade de gênero, por exemplo, estiveram fortemente

sob a responsabilidade da Presidência da República que, como mencionado, abrigou durante grande parte desse período as então secretarias de políticas para as Mulheres (SPM), para Igualdade Racial (Seppir) e de Agricultura Familiar. Essa configuração contribuiu de maneira decisiva para uma maior diversidade de dimensões refletidas no escopo dessas ações.

Merece destaque ainda outro aspecto: os órgãos com as maiores taxas de participação na proposição de ações no PPA podem ser entendidos como aqueles mais permeáveis à pauta de políticas para mulheres por diferentes razões: seja em função de sua atribuição institucional (caso da SPM), seja por possuírem atuações temáticas com pontos de convergência em relação à agenda de políticas para mulheres ou de promoção da igualdade de gênero (caso do MDH), seja, ainda, porque contam no interior de sua estrutura com instâncias específicas dedicadas a promover a articulação entre as políticas setoriais do órgão e a dimensão de gênero (caso do MDA e depois SAF/PR).

É possível argumentar que as ações do PPA captadas na análise indicam uma preocupação de caráter mais geral com as mulheres – representada pela prevalência dos temas de cidadania e viés de igualdade de gênero. Quando termos associados às diferentes visões sobre as mulheres aparecem, eles estão distribuídos em objetivos e/ou iniciativas/metasp ligadas majoritariamente a temas de cidadania e ao viés de atendimento de igualdade de gênero. O que, de maneira preliminar, poderia indicar adesão entre os aspectos verificados nas seções mais gerais do PPA e o detalhamento contido na descrição dos objetivos e das iniciativas/metasp indicados como diretrizes orientadoras para a estrutura governamental durante determinado período.

Por seu turno, é possível afirmar que esforços por mais igualdade de gênero estariam concentrados em uma parcela bastante reduzida do aparato administrativo do Executivo federal, o que reforça suposições de que possíveis arranjos multidimensionais de políticas estariam vinculados à capacidade de articulação dos órgãos entendidos como *donos* ou responsáveis pela pauta, ao mesmo tempo em que haveria um alto grau de suscetibilidade dessa agenda a movimentos de descontinuidade ou oscilações na relevância política atribuída ao tema no âmbito governamental.

Merece destaque ainda a constatação de que a inserção das mulheres em várias ações previstas no PPA ocorre a partir de situações ou clivagens que caracterizam especificidades vivenciadas por alguns grupos em particular. Em certo sentido, isso

tanto pode ser lido como potencial incentivo à transversalidade, como, sem a devida articulação e integração setorial, esse aspecto pode contribuir para ampliar o caráter fragmentado e setorializado da oferta de políticas direcionadas às mulheres.

De modo geral, argumentamos que os elementos aqui elencados indicam uma situação de relativa fragilidade institucional dessas políticas. Concentradas em poucos órgãos, predominantemente naqueles mais *sensíveis* à pauta, os quais não dispõem necessariamente de capacidade de articulação suficiente para garantir a transversalidade exigida por ações dessa natureza e impactados muitas vezes por restrições orçamentárias e de recursos humanos, esses órgãos, a exemplo dos então SPM e Ministério dos Direitos Humanos (MDH), são marcados por altos níveis de suscetibilidade em momentos de mudanças político-institucionais.

Apesar disso, quando consideramos as representações associadas às mulheres que emergem da análise dos objetivos e das metas e iniciativas dispostos no PPA, verificamos um cenário de coexistência entre visões inclusivas (igualdade de gênero), reprodutivas (foco na dimensão do cuidado) e produtivas (mão de obra do trabalho remunerado), a última, principalmente associada a especificidades étnicas, territoriais ou ligadas à natureza da atividade econômica.

Diferentemente do que poderíamos supor, considerando a literatura existente sobre as formas de inclusão feminina nas políticas públicas, a visão reprodutiva não prevalece numericamente sobre as demais. Apesar do cuidado e das ações direcionadas a crianças e adolescentes ocuparem lugar significativo nas propostas indicadas no PPA 2016-2019, em especial se considerados o porte orçamentário e a abrangência desses programas, foi possível verificar a existência de outras visões sobre as mulheres no escopo do PPA 2016-2019, seja como esforço para maior inserção produtiva de mulheres pertencentes a grupos populacionais específicos, reconhecendo a sobreposição de clivagens sociais como relevantes nas dinâmicas de exclusão de mulheres como público das políticas públicas, seja a partir de esforços, mesmo que concentrados em poucos órgãos, de assumir compromissos e definir diretrizes orientadas para a construção de estratégias transversais de promoção da igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C.; CÂMARA, L. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.
- AGUIÃO, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.
- BACCHI, C. L. **Women, Policy and Politics**. The Construction of Policy Problems. London: Sage, 1999.
- BALL, S. J. What is policy? 21 years later: reflections on the possibilities of policy research. **Discourse Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 36, n. 3, p. 306-313, 1993a.
- _____. What is policy? Texts, Trajectories and Toolboxes. **Discourse Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 13, n. 2, 1993b.
- BANDEIRA, L. M. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: SPM, 2005.
- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- _____. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOHN, S. R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 81-106, 2010.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Sobre o Estado**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2014.
- BRANDT, J.; LAVARDA, R.; LOZANO, M-A. Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 64-87, 2017.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2016-2019**. Brasília: MP, 2015.
- BUSTELLO, M.; VERLOO, M. **Grounding policy evaluation in a discursive understanding of politics**. Routledge, London, 2009.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALMON, K.; GUSSO, D. **A experiência de avaliação do plano plurianual (PPA) do governo federal no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CAMPOS, M. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz. *In*: MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo: direitos e cidadania, contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARLOTO, C. M. Condicionais nos programas de transferência de renda e autonomia das mulheres. **Sociedade em Debate**, v. 188, n. 2, p. 121-130, Pelotas, 2012.

_____. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. *In*: MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo: direitos e cidadania, contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARLOTO, C.; GOMES, A. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n. 105, p. 131-145, São Paulo, jan./mar. 2011.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. **Sociedade em Debate**, v. 14, n. 2, p. 153-168, Pelotas, jul./dez. 2008.

_____. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA DE CIDADANIA, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Bien, 2010.

_____. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. **Textos e Contextos**, v. 11, n. 2, p. 258-272, 2012.

CAIRNEY, P. Complexity theory in political science and public policy. **Political Studies Review**, v. 10, p. 346-358, 2012.

CASTILHO, C.; CARLOTO, C. **O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero?** *In*: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina, Paraná, **Anais...** Londrina, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2wAZrXD>>.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, V.; MATTOS, A. Cuidados e trabalho doméstico-familiar no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). *In*: CONGRESSO MUNDO DE MULHERES, 13., 2017, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis, 2017.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Relatório anual 2012: o bônus na mira. Aporte e carga para as mulheres**. Santiago del Chile: Cepal, 2013.

COUTO, L. F. A Ligação entre mensagem e ações: a estratégia do Plano Plurianual 2004-2007 no direcionamento do orçamento anual. **Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi)**, n. 16. Brasília: Ipea, 2018.

DRYZEK, J. Policy Analysis as Critique. *In*: MORAN, M.; REIN, M.; GOODWIN, R. **The Oxford Handbook of public policy**. Oxford University Press, Oxford, 2006.

DOMBOS, T. *et al.* Critical Frame Analysis: A Comparative Methodology for the QUING Project. *In*: TOMBOS, T. **Critical Frame Analysis: A Comparative Methodology for the 'Quality in Gender+ Equality Policies' (QUING) Project**. CENTER FOR POLICY STUDIES, CENTRAL EUROPEAN UNIVERSITY, 2012.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis. **International Advances in Engineering and Technology (IAET)**, v. 7, 2012.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Atlas de las mujeres rurales de America Latina y el Caribe**. Santiago del Chile: FAO, 2017.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan.-abr./2004.

FARAH, M. *et al.* Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cad. Ebape**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, jul./set. 2018.

FELDMAN, R.; SANGER, J. **The text mining handbook: advanced approaches in analyzing unstructured data**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

FISCHER, F. *et al.* **Handbook of critical policy studies**. Edward Elgar Publishing, UK, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *In*: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001.

GALE, T. Policy Trajectories: treading the discursive path of policy analysis. **Discourse Studies in the Cultural Politics of Education**, Central Queensland University. Rockhampton, Australia, 1999.

GARCIA, R. C. **A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2000-2003**. Brasília, 2000. (Texto para Discussão, n. 726).

_____. PPA: o que não é e o que pode ser. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, Ipea, n. 20, p. 431-456, 2012.

GIMENE, M.; COUTO, L. F. **Planejamento e orçamento público no Brasil**. Brasília: Enap, p. 244, 2017.

- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOMES, S. S. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos e Contextos**, v. 10, n. 1, p. 69-81, Porto Alegre, 2011.
- GOODIN, R. E.; TILLY, C. (Eds.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília. v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.
- HALL, P. Policy paradigm, social learning and the State: the case of economic policymaking in Britain. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993.
- HAY, C. Constructivist Institutionalism. *In*: RHODES, R.; BINDER, S.; ROCKMAN, B. **The Oxford Handbook of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HOWLETT, M. *et al.* **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2013.
- IMMERGUT, E. O núcleo teórico do novo institucionalismo. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Coletânea de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2007. v. 1.
- INGRAM, H.; SCHNEIDER, A. Making distinctions: the social construction of target populations. *In*: FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. **Handbook of critical policy studies**. UK: Edward Elgar Publishing, 2015.
- JOHNSON, D. C. Critical discourse analysis and the ethnography of language policy. **Critical Discourse Studies**, v. 8, n. 4, p. 267-279, 2011.
- KAAS, H. **O que é cissexismo**. Disponível em: <<https://bit.ly/2PejXpq>>. Acesso em: 6 fev. 2017.
- KLEIN, C.; MEYER, D.; BORGES, Z. Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, n. 150, 2013.
- LEJANO, R.; PARK, S. the autopoietic text. *In*: FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. **Handbook of critical policy studies**. UK: Edward Elgar Publishing, 2015.
- MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016.
- MAGUIRE, M.; BALL, S.; BRAUN, A. Behaviour, classroom management and student 'control': enacting policy in the English secondary school, **International Studies in Sociology of Education**, v. 20, n. 2, 2010, p. 153-170.

MARCONDES, M. M.; DINIZ, A. P. R.; FARAH, M. F. S. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 2, p. 35-61, 2018.

MARQUES, E. S.; FARIA, C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MELLO, J. **Gênero, representação e instituições**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MELLO, J.; MARQUES, D. **Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal: visões do Estado sobre as mulheres e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, v. 2441, p. 7, 2019a.

_____. Dos estereótipos à cidadania: sobre mulheres, Estado e políticas públicas. In: PIRES, R. (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Brasília: Ipea; Cepal, 2019b.

MEYER, D.; KLEIN, C.; FERNANDES, L. Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 433-449, 2012.

MEYER, D. *et al.* Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, set./dez. 2014.

MIOTO, R. C. T.; PRÁ, K. G. D. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo: direitos e cidadania, contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002. 156p.

NICOLL, K. Lifelong learning as metaphor: researching policy in the education of adults. **Adult Education Research Conference**, Vancouver, Canadá, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/32xyQGu>>.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OKIN, S. Gênero: o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, Florianópolis, 2008.

PAPA, F. C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política**. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

_____. El estado de bienestar patriarcal. *Contextos*, ano 2, n. 5. Lima, Programa de Estudios de Género Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000.

PAULO, L. F. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, 2. ed., 2010.

PEREIRA, P. Prefácio. *In*: MIOTO, R. *et al.* (Orgs.). **Familismo**: direitos e cidadania, contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

PERISSINOTO, R. Comparação, história e interpretação Por uma ciência política histórico-interpretativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, 2013, p. 151-165.

PERISSINOTO, R.; STUMM, M. G. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 121-148, 2017.

PERÓ, D. Subjects of policy: construction and contestation. Introduction. *In*: SHORE, C.; WRIGHT, S.; PERÓ, D. **Policy worlds**: anthropology and the analysis of contemporary power. New York: Berghahn Books, 2011.

PINHEIRO, M. M. S. O combate às desigualdades no Brasil: uma análise do discurso oficial em três PPAs selecionados. **Boletim de Acompanhamento Político-Institucional**, Ipea, n. 16, 2018.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

REIN, M.; SCHON, D. **Frame reflection toward the resolution of intractable policy controversies**. New York, 1994.

ROE, E. **Narrative policy analysis, theory and practice**. Durham and London: Duke University Press, 1994.

RUESCHEMEYER, D. How and Why Ideas Matter. *In*: GOODIN, R. E.; TILLY, C., (Eds.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. (Eds.). **Policy change and learning**: an advocacy coalition approach. Boulder: Western Press, 1993.

SCHMIDT, V. Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 303-326, 2008.

SCHNEIDER, A.; INGRAM, H. **Policy Design For Democracy**, University Press of Kansas, Kansas, 1997.

SEARLE, J. R. **The construction of social reality**. New York: Free Press, 1995.

SHORE, C.; WRIGHT, S.; PERÓ, D. **Policy worlds**: anthropology and the analysis of contemporary power. New York: Berghahn Books, 2011.

SORJ, B. Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 292, 2016.

STEINMO, S. Historical institutionalism and experimental methods. *In*: FIORETOS, O; FALLETTI, T; SHEINGATE, A. **The Oxford handbook on historical institutionalism**. New York: Oxford University Press, 2016.

STONE, D. **Policy paradox and political reason**. Boston: Scott, Foresman and Company, 1988.

TAYLOR, S. Critical policy analysis: exploring contexts, texts and consequences, **Discourse studies in the cultural politics of education**, v, 18, n. 1, p. 23-35, 1997.

TEIXEIRA, S. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. *In*: MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo: direitos e cidadania, contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)**. São Paulo: Contexto, 2006.

YANOW, D. **Making sense of policy practices: Interpretation and meaning**. Communication Studies Department Wageningen University, 2015.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 193-214, jul./dez. 2009.

_____. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VERLOO, M. Mainstreaming gender equality in Europe: a critical frame analysis approach. **The Greek Review of Social Research**, v. 117, p. 11-34, 2005.

VERLOO, M.; LOMBARDO, E. Contested gender equality and policy variety in europe: introducing a critical frame analysis approach. *In*: VERLOO, M. (Ed.). **Multiple meanings of gender equality: a Critical Frame Analysis of gender policies in Europe**. Budapest; New York: Central European University Press, 2007.

VERMEULEN, J. How does a policy text mean? An interpretation of text as discourse genre and management practice. *In*: INTERNATIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 4., 2005, Cambridge. **Anais...** Cambridge: University of Cambridge, 4-6 July 2005.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, v. 51, 2017.

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Lista de programas temáticos do PPA 2016-2019

Programa	Nome do programa	Área temática
2077	Agropecuária Sustentável	Agricultura
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Comunicação
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	Meio ambiente
2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	Assistência social
2027	Cultura: Ddimensão Essencial do Desenvolvimento	Cultura
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Estado e gestão pública
2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo	Turismo
2029	Desenvolvimento Regional e Territorial	Desenvolvimento regional
2080	Educação de qualidade para todos	Educação
2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	Esporte
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Saúde
2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	Agricultura familiar
2019	Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais	Bolsa Família e Cadastro Único
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	Justiça e segurança pública
2049	Moradia Digna	Habitação
2052	Pesca e Aquicultura	Pesca e aquicultura
2082	Política Externa	Política externa
2016	Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	Mulheres
2034	Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	Igualdade racial
2071	Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	Trabalho
2044	Promoção dos Direitos da Juventude	Juventude
2063	Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Pessoas com deficiência (PCD)
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Direitos humanos
2062	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	Criança e adolescente
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	Povos indígenas
2085	Redução do Impacto Social do Álcool e Outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social	Política de drogas
2066	Reforma Agrária e Governança Fundiária	Política agrária
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	Segurança alimentar

Fonte: PPA 2016-2019.
Elaboração das autoras.

APÊNDICE B

QUADRO B.1

Lista de objetivos analisados no PPA 2016-2019

Objetivo	Nome/objetivo	Órgão/objetivo
259	Coordenar a consolidação da Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.	Ministério dos Direitos Humanos
260	Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.	Ministério dos Direitos Humanos
1071	Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens.	Ministério da Justiça e Cidadania
1072	Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.	Ministério da Justiça e Cidadania
1074	Fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.	Ministério da Justiça e Cidadania
422	Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.	Presidência da República
1120	Aprimorar e implantar as redes de atenção à saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.	Ministério da Saúde
255	Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional.	Ministério dos Direitos Humanos
260	Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.	Ministério dos Direitos Humanos
420	Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo.	Presidência da República
421	Implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero.	Presidência da República
735	Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.	Presidência da República
759	Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.	Presidência da República
773	Promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras.	Ministério dos Direitos Humanos
778	Promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros.	Ministério dos Direitos Humanos
931	Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades.	Presidência da República
934	Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades.	Presidência da República
935	Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.	Presidência da República
936	Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTS, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.	Presidência da República

(Continua)

(Continuação)

Objetivo	Nome/objetivo	Órgão/objetivo
981	Ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, por meio da inclusão socioprodutiva, do acesso às políticas públicas, dos direitos sociais e da cidadania.	Presidência da República
998	Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades.	Presidência da República
1117	Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor.	Ministério do Esporte
1126	Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.	Ministério da Saúde
370	Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de proteção social básica e especial ofertados às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
371	Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e Distrito Federal.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
374	Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de saúde, educação e assistência social.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
375	Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para programas sociais.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
382	Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários.	Ministério das Cidades
385	Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.	Ministério das Cidades
1134	Fortalecer o Cadastro Único para programas sociais do governo federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
411	Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.	Presidência da República
412	Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	Presidência da República
413	Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável.	Presidência da República
760	Ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis.	Presidência da República
761	Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.	Presidência da República
777	Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.	Ministério dos Direitos Humanos
974	Proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo.	Ministério dos Direitos Humanos
1138	Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Fonte: PPA 2016-2019
Elaboração das autoras.

APÊNDICE C

QUADRO C.1
Lista de iniciativas e metas analisadas no PPA 2016-2019

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2078	1065	Iniciativa	519	Cadastramento e entrega pela Secretaria do Patrimônio da União de 2 mil Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus) às famílias ribeirinhas, com vistas à adesão ao Programa Bolsa Verde.	NA
2037	370	Meta	049Y	Ampliar a cobertura das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 municípios, atingindo 100% dos municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2029	1098	Iniciativa	05BN	Fomento ao desenvolvimento das escolas famílias agrícolas de formação por alternância.	NA
2080	1011	Iniciativa	062P	Concepção e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SaeB), incluindo a avaliação da educação infantil, em colaboração com os sistemas de ensino.	NA
2015	713	Meta	265	Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) para 46 mil.	Ministério da Saúde
2015	713	Meta	0455	Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) para 7 mil.	Ministério da Saúde
2015	1120	Iniciativa	05SB	Implantação das Linhas de Cuidado de sobrepeso e obesidade em pelo menos 70% dos estados e Distrito Federal.	NA
2012	1033	Iniciativa	04PS	Fomento ao desenvolvimento das escolas famílias agrícolas de formação por alternância.	NA
2081	1043	Meta	04ML	Fortalecer a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em todas as suas modalidades, com ênfase nas situações relacionadas à exploração do trabalho análogo ao escravo e à exploração sexual.	Ministério da Justiça e Cidadania
2082	1140	Iniciativa	695	Discussão de diretrizes sobre emprego e planos regionais em matérias como trabalho infantil, inspeção do trabalho e facilitação da circulação de trabalhadores.	NA
2071	869	Meta	0404	Aumentar em 20% as ações de inspeção do trabalho para erradicação das piores formas de trabalho infantil.	Ministério do Trabalho
2069	380	Iniciativa	05KT	Apoio à estruturação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para receber alimentos saudáveis, incluindo os da Agricultura Familiar.	NA
2029	979	Meta	049Q	Beneficiar 15 mil famílias com ações territorializadas voltadas ao combate à pobreza no semiárido do Nordeste.	Presidência da República
2080	1007	Iniciativa	060M	Promoção de ações para a redução da taxa de analfabetismo e elevação da escolaridade, especialmente nas populações negra, do campo, quilombolas, povos indígenas, pessoas em privação de liberdade, pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, pescadores e população itinerante.	NA
2015	721	Iniciativa	05UH	Fortalecimento de ações de aprendizagem colaborativa entre trabalhadores através de comunidade de práticas e redes colaborativas, na perspectiva de qualificar os processos de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS).	NA
2015	721	Iniciativa	05V2	Fortalecimento de processos de reorientação da formação de profissionais de saúde de nível superior e médio através de diretrizes de formação para o SUS e ações de integração ensino-serviço, visando responder às necessidades em saúde, qualificar o cuidado e fortalecer o SUS.	NA
2015	713	Iniciativa	06B0	Fortalecimento do Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e para a Segurança do Paciente (Proqualis), de forma a contribuir para a melhoria continuada da qualidade dos cuidados de saúde no Brasil e outros países de língua portuguesa, ampliando de 1.200 para 2.400 as publicações e o conteúdo técnico científico disponibilizado no Portal Proqualis.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2015	727	Meta	04HH	Elaborar e/ou revisar cinquenta protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para a produção do cuidado em saúde.	Ministério da Saúde
2015	1136	Meta	04JE	Instituir novas modalidades de repasse de recursos, induzindo linhas de cuidado integral para acesso às especialidades.	Ministério da Saúde
2015	1120	Iniciativa	06JR	Fortalecimento/apoio do caráter intersetorial do Programa de Redução do Impacto Social do Alcool e Outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social.	NA
2012	1138	Iniciativa	067T	Promoção do acesso das famílias incluídas na estratégia de inclusão produtiva rural ao microcrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), articulando a atuação dos bancos públicos.	NA
2012	1138	Iniciativa	067V	Apoio à organização econômica e produtiva das famílias atendidas pela estratégia de inclusão produtiva rural.	NA
2012	1138	Meta	04MX	Atender 250 mil famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento às tecnologias sociais de água para produção.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2049	383	Iniciativa	063S	Qualificação do Programa Minha Casa Minha Vida, fortalecendo a sua atuação em áreas rurais e a sua integração com a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.	NA
2049	382	Iniciativa	015N	Articulação com o Programa Minha Casa Minha Vida, para o reassentamento ou remanejamento de famílias nas obras de urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas, saneamento, transporte e mobilidade urbana.	NA
2049	385	Meta	04LU	Beneficiar todas as famílias atendidas por programas habitacionais de interesse social com ações de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda.	Ministério das Cidades
2052	1133	Iniciativa	612	Priorização do atendimento às famílias quilombolas nos programas de Aquicultura Familiar e Crédito para Pescadores e Aquicultores.	NA
2052	1129	Iniciativa	05TI	Promoção do acesso à moradia digna e melhoria das habitações de pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Cidades por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.	NA
2044	1166	Iniciativa	06SA	Formulação e oferta de processos formativos, em educação à distância com adaptação para semipresencial, para jovens sobre temas importantes à ampliação de sua autonomia no cuidado em saúde e à participação cidadã na construção cotidiana do SUS.	NA
2044	960	Iniciativa	06H0	Realização de campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra.	NA
2044	960	Meta	04Q5	Articular e fomentar ações, políticas e programas do governo federal, dos entes federados e da sociedade civil que promovam o acesso a direitos para a juventude, especialmente a negra, nos territórios.	Presidência da República
2044	960	Meta	04Q6	Articular ações no governo federal e no sistema de justiça que promovam o acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência.	Presidência da República
2044	960	Meta	04Q8	Fomentar a implantação de mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violências contra a juventude, especialmente negra, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).	Presidência da República
2064	255	Meta	04MW	Promover o direito à memória e à verdade e a reparação por graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro, inclusive por meio da busca, localização e identificação dos restos mortais de pessoas desaparecidas, reconhecidas como tais nos termos da Lei nº 9.140/95, para a entrega aos seus familiares.	Ministério dos Direitos Humanos
2065	1013	Meta	041B	Atender 40 mil famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.	Ministério da Justiça e Cidadania

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2085	1073	Iniciativa	05IY	Criação do portal de educação permanente para formação de profissionais e de atores sociais que atuam nas áreas de prevenção, cuidado e reinserção social.	NA
2085	1073	Iniciativa	05JO	Realização de pesquisas que caracterizem o uso de álcool e outras drogas e avaliem políticas públicas de prevenção, cuidado e reinserção social.	NA
2085	1073	Meta	04DG	Estruturar uma política de educação permanente em prevenção, cuidado e reinserção social para 500 mil profissionais e atores da sociedade civil com foco nos direitos humanos das pessoas que usam álcool e outras drogas.	Ministério da Justiça e Cidadania
2085	1072	Iniciativa	05IN	Promoção de estratégias de articulação e integração entre as equipes dos serviços de abordagem social e Consultório na Rua, na perspectiva da integralidade do cuidado às pessoas usuárias de álcool e outras drogas em situação de rua.	NA
2085	1072	Meta	04DC	Qualificar os serviços prestados em 80% dos serviços de atenção em regime residencial transitório com a adoção de parâmetros de funcionamento e articulação com a rede de cuidado, respeitando os direitos humanos dos usuários.	Ministério da Justiça e Cidadania
2085	1072	Meta	04DE	Qualificar 100% das equipes de abordagem social com a adoção de parâmetros de cuidado que respeitem os direitos humanos dos usuários.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2066	421	Iniciativa	04K5	Ampliação do acesso das famílias assentadas às ações de comercialização direta e/ou institucional, em especial ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	NA
2066	421	Meta	402	Atender 120 mil famílias com abastecimento de água, construção/recuperação de estradas e outras obras para o desenvolvimento de projetos de assentamento.	Presidência da República
2066	421	Meta	403	Atender 320 mil famílias com crédito instalação nas modalidades apoio inicial e fomento.	Presidência da República
2066	421	Meta	406	Atender 55 mil famílias com políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica.	Presidência da República
2066	421	Meta	407	Atender 16 mil famílias com projetos de agroindustrialização e comercialização.	Presidência da República
2066	420	Iniciativa	04JA	Assistência social às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, por meio de ações diretas visando à sua inclusão nas políticas públicas sociais.	NA
2066	420	Iniciativa	04JE	Promoção da obtenção de imóveis rurais por meio de adjudicação de terras para fins de assentamento de famílias.	NA
2066	420	Meta	400	Assentar 120 mil famílias.	Presidência da República
2066	735	Iniciativa	04KB	Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários, manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	NA
2066	735	Iniciativa	04KC	Mobilização e organização das famílias a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.	NA
2066	735	Meta	040A	Beneficiar 60 mil famílias com crédito fundiário.	Presidência da República
2066	735	Meta	040B	Recuperar a capacidade produtiva de 7 mil famílias, por meio de investimentos básicos e produtivos.	Presidência da República
2069	614	Meta	01Y7	Implantar sessenta sistemas de dessalinização de água, incorporando cuidados técnicos, sociais e ambientais na gestão destes sistemas.	Ministério do Meio Ambiente

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2069	615	Meta	04ES	Atender 75 mil famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza por meio de uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2069	380	Meta	04EF	Alcançar 30% do recurso federal repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE.	Ministério da Educação
2077	747	Iniciativa	04ZQ	Implementação da participação da juventude e da equidade de gênero no cooperativismo e associativismo rural e igualdade de oportunidades nas tomadas de decisões.	NA
2025	1021	Iniciativa	062Z	Distribuição de kit digital para beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).	NA
2025	1021	Meta	482	Distribuir conversores digitais para os 100% dos domicílios beneficiários do PBF.	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
2078	1065	Meta	046Z	Ampliar de 70 mil para 90 mil as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde.	Ministério do Meio Ambiente
2078	1065	Iniciativa	518	Levantamento e adesão ao Programa Bolsa Verde de 7.500 famílias em unidades de conservação federais (ICMBio).	NA
2078	1065	Iniciativa	051A	Adesão, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 14.500 famílias de assentados da reforma agrária no Programa Bolsa Verde por meio de agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater).	NA
2037	372	Iniciativa	059X	Observância, no conteúdo das capacitações realizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), de particularidades de segmentos populacionais e étnico-raciais (pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, LGBT, entre outros).	NA
2037	370	Meta	049T	Acompanhar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) as famílias beneficiárias do PBF, sendo 15% das residentes em municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2037	370	Meta	0051	Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 1 vaga/2 mil crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2037	370	Iniciativa	058R	Qualificação dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência, de acordo com os parâmetros do Suas.	NA
2037	370	Iniciativa	07FV	Promoção do desenvolvimento humano das pessoas idosas beneficiárias do PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio de estratégias baseadas no envelhecimento ativo, que prolonguem a autonomia e adiem a dependência do idoso, no sentido de evitar riscos sociais e criar uma mentalidade preventiva/protetiva, priorizando a qualidade de vida e os cuidados relativos ao processo de envelhecimento humano.	NA
2037	370	Iniciativa	058M	Articulação do trabalho social com famílias à integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho.	NA
2037	370	Iniciativa	07HJ	Promoção do desenvolvimento humano de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, inscritos no Cadastro Único e beneficiários do PBF, por meio de iniciativas de qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e escolarização, com suporte às famílias e articulação intersetorial.	NA
2037	370	Meta	0011	Ampliar a cobertura de serviços ofertados às famílias e indivíduos residentes em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes, totalizando 2.224 equipes.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2037	370	Iniciativa	07HI	Promoção do desenvolvimento integral de crianças de até 6 anos de idade, beneficiárias do PBF e do BPC no Programa Criança Feliz, fortalecendo as suas competências, assim como as competências de suas famílias, por meio de visitas domiciliares e facilitando o acesso das gestantes, das crianças e de suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2037	370	Iniciativa	058T	Ampliação da cobertura e qualificação dos serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência (PCD), em Residências Inclusivas, para Pessoas Idosas, em Unidades de Acolhimento, e em Centros-Dia para os dois públicos.	NA
2037	370	Meta	049S	Implantar em todas as capitais o serviço de Proteção Social Básica no domicílio, para pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2037	370	Iniciativa	058S	Realização de diagnóstico sobre a demanda e a oferta dos serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência ou violação de direitos, visando adequar sua regulação e funcionamento no âmbito do Suas.	NA
2037	370	Iniciativa	00WM	Produção de orientações técnicas para qualificação dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, considerando os territórios urbano e rural e respeitando as especificidades locais e regionais e as particularidades de segmentos populacionais e étnico-raciais (PCD, pessoas idosas, mulheres, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, LGBT, juventude, entre outros).	NA
2037	371	Meta	00SA	Mobilizar e acompanhar 90% das famílias de crianças e adolescentes beneficiários do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar sua inclusão e permanência na escola e acesso aos demais direitos sociais.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2037	371	Meta	0058	Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2027	786	Iniciativa	05VO	Revisão da abordagem das políticas de fortalecimento de produção e difusão artística e cultural, estabelecendo recortes de gênero, étnico-raciais e de juventude naquelas ações em que a situação presente seja de desigualdade.	NA
2027	787	Iniciativa	05ZV	Estabelecimento de regras para que obras e projetos apoiados pelo Ministério da Cultura ampliem o acesso a jovens, pessoas com deficiência, negros, mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	NA
2027	785	Iniciativa	062K	Apoio à produção de obras audiovisuais, com foco em inovação estética e de linguagem, produzidas por novos realizadores, de diversos segmentos sociais, tais como negros, mulheres, entre outros.	NA
2038	1154	Iniciativa	06HG	Ampliação da diversidade e inclusão de novos sujeitos na participação social, contribuindo para a equidade étnico-racial e de gênero.	NA
2038	1162	Meta	04RX	Valorizar a diversidade étnica e cultural e o respeito à igualdade e às questões raciais, geracionais, de gênero, acessibilidade e de orientação sexual nas ações de comunicação do Poder Executivo Federal	Presidência da República
2076	1111	Iniciativa	050L	Enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes no turismo, por meio de ações de capacitação e sensibilização de turistas e profissionais do setor.	NA
2076	1111	Iniciativa	05P4	Apoio à estruturação de atividades turísticas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais com foco na valorização cultural, na promoção de oportunidades e na igualdade de gênero, raça e geração.	NA
2029	980	Iniciativa	057K	Fortalecimento das perspectivas étnico-racial, de gênero e de geração na articulação de políticas públicas nos territórios rurais.	NA
2029	979	Iniciativa	586	Estímulo a projetos de infraestrutura e serviços que beneficiem Mulheres, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios rurais.	NA
2029	978	Meta	049M	Apoiar 239 Colegiados Territoriais para realização da gestão social nos territórios rurais, com ênfase na constituição e funcionamento das instâncias colegiadas de juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais.	Presidência da República
2029	981	Iniciativa	058C	Formação das mulheres rurais em participação e gestão da política territorial.	NA
2029	981	Iniciativa	058D	Realização de mutirões de documentação em parceria com órgãos emissores de documentos, entidades cadastradoras e movimentos de mulheres.	NA
2029	981	Meta	049V	Promover a participação paritária de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual para ampliar o acesso às políticas públicas.	Presidência da República

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2029	981	Meta	049W	Fomentar a participação de organizações de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual.	Presidência da República
2029	981	Iniciativa	058E	Expansão e consolidação das parcerias com os Estados para ampliação das ações educativas nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDR).	NA
2080	1007	Iniciativa	060S	Apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiárias do BPC.	NA
2080	1007	Iniciativa	060Q	Realização de ações para implementação das diretrizes nacionais da diversidade e inclusão, entre elas, as para a educação básica nas escolas do campo, para a educação das relações étnico-raciais, para a educação especial, para a educação de jovens e adultos, para jovens e adultos em privação de liberdade nos estabelecimentos penais, para crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, para a educação escolar indígena, para a educação em direitos humanos, para a educação ambiental e para a educação escolar quilombola.	NA
2080	1007	Iniciativa	060R	Apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 17 anos de idade beneficiários do PBF.	NA
2080	1007	Iniciativa	07GE	Apoio à implantação do atendimento educacional especializado em creches e centros de educação infantil.	NA
2080	1007	Meta	04KF	Apoiar a implantação de unidades de educação infantil, em consonância com o disposto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação.	Ministério da Educação
2080	1007	Meta	04T4	Promover ações de forma a ampliar o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas, universalizando o atendimento às crianças de 4 a 5 anos, em consonância com o disposto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação.	Ministério da Educação
2080	1009	Iniciativa	617	Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.	NA
2035	1117	Iniciativa	05N5	Valorização do futebol feminino para ampliar a participação de atletas no esporte.	NA
2015	724	Iniciativa	06OR	Apoio à participação social de mulheres, negros, povos e comunidades tradicionais, juventude, LGBT, pessoas com deficiência e pessoas em outras situações de vulnerabilidade, respeitadas as suas especificidades, nos processos de formulação e implementação de políticas públicas de saúde.	NA
2015	724	Meta	02A6	Capacitar 80 mil lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS.	Ministério da Saúde
2015	713	Iniciativa	02QM	Implantação de novas instalações do complexo assistencial do Instituto Nacional de Infectologia (INI) e do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF).	NA
2015	1120	Iniciativa	05S8	Habilitação de 323 hospitais conforme legislação vigente da iniciativa Hospital Amigo da Criança.	NA
2015	1120	Meta	03WX	Incentivar a adesão de 400 centros de especialidades odontológicas à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.	Ministério da Saúde
2015	1120	Iniciativa	060M	Ampliação do acesso e do cuidado à saúde de crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC na escola, com vistas a promover o acesso e a permanência no ambiente escolar.	NA
2015	1120	Iniciativa	05S6	Publicação e distribuição de 11,6 milhões de Cadernetas da Gestante.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2015	1120	Meta	028C	Implantar vinte novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBPs).	Ministério da Saúde
2015	1120	Meta	282	Habilitar 140 novos serviços como maternidade de referência para Atenção à Gestação de Alto Risco (GAR).	Ministério da Saúde
2015	1120	Meta	027U	Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma e aquisição de equipamentos) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	Ministério da Saúde
2015	1120	Meta	04FW	Ampliar o acesso à Triagem Auditiva Neonatal por meio da equipagem de 737 maternidades no país, passando de 75 para 812 maternidades equipadas em funcionamento, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Ministério da Saúde
2015	1120	Iniciativa	05WL	Entrevista de 400 mil mulheres que fizeram parto pelo SUS, nos quatro anos.	NA
2015	1120	Meta	028H	Realizar 15 milhões de mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50-69 anos de idade.	Ministério da Saúde
2015	1120	Meta	028I	Realizar 30 milhões de exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25-64 anos de idade.	Ministério da Saúde
2015	1120	Iniciativa	060O	Ampliação do acesso ao cuidado à saúde das mulheres com deficiência por meio da aquisição de equipamentos acessíveis para as unidades de saúde em todas as regiões do país, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	NA
2015	1120	Iniciativa	06Q4	Redução da morbidade/mortalidade materna de mulheres negras.	NA
2015	1126	Iniciativa	05QV	Distribuição de 13 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados e para o Distrito Federal.	NA
2015	1126	Iniciativa	06J6	Formulação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no SUS.	NA
2015	1126	Iniciativa	05QP	Adequação ou regulamentação da alimentação de sistemas de informação do SUS, considerando a orientação sexual, a identidade de gênero, a raça/cor e a etnia, para promover o cuidado integral com equidade.	NA
2015	1126	Iniciativa	05QQ	Formação e capacitação de 10 mil profissionais de saúde em temas sobre envelhecimento e saúde da pessoa idosa.	NA
2015	1126	Iniciativa	05QR	Distribuição de 6 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa.	NA
2015	1126	Meta	04H7	Suplementar 330 mil crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS), nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente.	Ministério da Saúde
2015	1126	Iniciativa	05QU	Implantação da Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no SUS em mais 2 mil unidades básicas de saúde.	NA
2015	1126	Iniciativa	05QS	Realização de publicações envolvendo temas relativos à Atenção Integral à Saúde das Mulheres.	NA
2015	1126	Iniciativa	05QT	Qualificação de 11.790 profissionais de saúde para atenção integral à saúde das mulheres.	NA
2015	1126	Iniciativa	06QF	Implantação de quinhentos serviços para atenção às mulheres em situação de violência sexual, doméstica/intrafamiliar.	NA
2015	1126	Meta	04GI	Implantar oitenta serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual em hospitais de referência do SUS, para a realização do registro de informações e da coleta de vestígios.	Ministério da Saúde
2012	1138	Iniciativa	067X	Incentivo à produção aquícola de base familiar, com ênfase na inclusão produtiva de pescadores e pescadoras artesanais, aqüicultores e aqüicultoras familiares, quilombolas, indígenas, assentados e assentadas da reforma agrária e pessoas do meio rural em situação de extrema pobreza.	NA
2012	1138	Iniciativa	067Y	Promoção da inclusão produtiva de pescadores e pescadoras artesanais e aqüicultores e aqüicultoras familiares por meio da organização produtiva, assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2012	1138	Iniciativa	067Z	Estímulo ao planejamento e ao monitoramento da estratégia de inclusão produtiva de agricultores e das agricultoras familiares e de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza no âmbito das atividades dos colegiados territoriais rurais.	NA
2012	760	Meta	450	Estimular que 880 mil agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural, estejam inseridos em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica ou em transição agroecológica.	Presidência da República
2012	761	Iniciativa	04YS	Promoção do intercâmbio de políticas públicas para mulheres rurais e da integração de suas organizações econômicas no âmbito do Mercosul, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e Conselho Agropecuario Centro-Americano do Sistema de Integração Centro-Americano (CAC-Sica).	NA
2012	411	Meta	420	Disponibilizar os meios para efetivar a contratação por mulheres rurais de pelo menos 35% das operações de crédito efetivadas e 20% do volume total de crédito acessado no âmbito do Pronaf.	Presidência da República
2012	411	Meta	421	Disponibilizar os meios para efetivar a contratação por mulheres rurais de pelo menos 50% das operações efetivadas na linha de microcrédito orientado e acompanhado do Pronaf.	Presidência da República
2012	1138	Meta	04MY	Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.	Presidência da República
2012	412	Meta	04QI	Qualificar 17.600 agentes da Ater, inclusive com conhecimentos de agroecologia, garantindo a participação de pelo menos 40% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	Presidência da República
2012	1138	Iniciativa	067U	Monitoramento do atendimento das famílias à estratégia de inclusão produtiva rural, identificando o acesso de povos e comunidades tradicionais e das mulheres rurais.	NA
2012	411	Meta	422	Possibilitar a adesão ao Garantia-Safra para 1,35 milhão de famílias da agricultura familiar, mantendo a adesão preferencialmente em nome das mulheres rurais.	Presidência da República
2012	412	Meta	424	Prestar Ater qualificada, direcionada e continuada para 880 mil famílias da agricultura familiar, incluindo Ater específica para jovens rurais e povos e comunidades tradicionais, e assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	Presidência da República
2012	412	Meta	04QH	Prestar Ater qualificada, direcionada e continuada para 700 mil famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	Presidência da República
2012	759	Iniciativa	06IS	Oferta de monitoria infantil em todas as chamadas públicas de Ater	NA
2012	759	Iniciativa	04PC	Articulação da oferta de Ater específica para mulheres com outras políticas públicas, especialmente ao crédito Pronaf e mercados institucionais (PAA e PNAE), com foco na agroecologia.	NA
2012	759	Iniciativa	04PD	Promoção de estratégias, em parcerias com governos estaduais, Distrito Federal, instituições federais de ensino e organizações da sociedade civil, para alcançar a autonomia econômica das mulheres, com foco na agroecologia.	NA
2012	759	Iniciativa	04PE	Realização de pesquisa sobre o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural.	NA
2012	759	Iniciativa	04PF	Articulação com diferentes órgãos para a implementação do Programa de Quintais Produtivos para Mulheres Rurais.	NA
2012	759	Iniciativa	04PG	Capacitação de agentes de crédito para atendimento às demandas das mulheres rurais e qualificação da oferta de crédito.	NA
2012	759	Iniciativa	04PH	Articulação e pactuação de metas de atendimento ao Pronaf Mulher junto a instituições bancárias.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2012	759	Iniciativa	04PI	Apoio à inserção de grupos produtivos de mulheres em mercados institucionais, justos e solidários e promoção de feiras feministas.	NA
2012	759	Iniciativa	04PJ	Apoio à articulação de grupos produtivos de mulheres em redes	NA
2012	759	Meta	042F	Implementar 4.150 quintais produtivos para o apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres.	Presidência da República
2012	759	Meta	042G	Atender 1.500 grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de Ater, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.	Presidência da República
2012	759	Meta	042H	Capacitar 1 mil agentes de Ater para atuarem com mulheres e com foco na agroecologia.	Presidência da República
2012	759	Meta	042I	Atender 13.200 mulheres agricultoras familiares com Ater específica para mulheres.	Presidência da República
2012	759	Iniciativa	04PB	Implementação de plano de formação e qualificação de agentes de Ater e estabelecimento de parcerias garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais e gênero.	NA
2019	619	Iniciativa	05TP	Aperfeiçoamento do desenho do PBF para aumentar o impacto na diminuição da pobreza.	NA
2019	619	Meta	03U4	Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do PBF.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2019	374	Meta	00SW	Acompanhar na atenção básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do PBF com as condicionalidades de saúde.	Ministério da Saúde
2019	374	Meta	04HW	Fomentar o acesso à creche de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do PBF.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2019	374	Iniciativa	05UE	Fortalecimento dos mecanismos de acesso à educação integral das crianças e adolescentes beneficiários do PBF.	NA
2019	374	Meta	00SY	Ampliar para 89,5% a média anual de crianças e adolescentes do PBF com frequência escolar informada no Sistema Presença.	Ministério da Educação
2019	374	Iniciativa	05UF	Elaboração dos procedimentos que orientem os estados e municípios para a redução do número de famílias do PBF não acompanhadas na saúde.	NA
2019	374	Iniciativa	05UG	Criação dos mecanismos de articulação intersetorial para promover a redução do número de famílias do PBF em descumprimento de condicionalidades.	NA
2019	374	Meta	00SV	Acompanhar 50% de famílias do PBF em fase de suspensão, por descumprimento de condicionalidades, nos serviços socioassistenciais, prioritariamente, no Paif.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2019	375	Iniciativa	05V9	Oferta de apoio técnico e financeiro às gestões municipais e estaduais do PBF e do Cadastro Único.	NA
2019	375	Meta	00T2	Ampliar o número de municípios com padrão de gestão do PBF e do Cadastro Único que estão aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2019	375	Meta	04I3	Aperfeiçoar mecanismos de qualificação do Cadastro Único e da gestão do PBF por meio da institucionalização dos procedimentos de verificação da consistência e atualidade das informações das famílias.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2081	1043	Iniciativa	06EA	Prevenção e abordagem de situações de risco em contextos de mobilidade humana de crianças e adolescentes.	NA
2081	1044	Meta	045F	Capacitar mais de 855.000 profissionais de segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídios, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.	Ministério da Justiça e Cidadania

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2081	1045	Iniciativa	05GS	Implementação e fortalecimento da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.	NA
2081	1039	Iniciativa	04XE	Criação de estratégias para orientar e articular ações intersetoriais no sentido de reduzir os índices de violência letal contra jovens negros, crianças e adolescentes e mulheres.	NA
2081	1039	Iniciativa	04WW	Promoção de ações específicas voltadas à prevenção da morte de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio do monitoramento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.	NA
2081	1039	Iniciativa	04WB	Apoio à estruturação de delegacias especializadas em homicídios e delegacias especializadas no atendimento à mulher para investigação de feminicídio.	NA
2081	1039	Iniciativa	06OJ	Apoio e incentivo aos estados na adoção do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero.	NA
2052	1133	Iniciativa	05ZP	Concessão de crédito para pescadoras e pescadores artesanais e aquícultoras e aquícultores familiares.	NA
2052	1133	Meta	04IF	Atender 14.400 famílias no âmbito do programa de aquícultura familiar, com foco na construção de viveiros escavados.	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
2052	1133	Meta	04JW	Disponibilizar assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 40 mil famílias.	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
2052	1133	Iniciativa	061H	Desenvolvimento de mecanismos que promovam a participação e o atendimento de mulheres, jovens, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais nas ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.	NA
2052	1129	Iniciativa	05TM	Promoção de ações e medidas que garantam a valorização e o reconhecimento da importância da mulher no regime de economia familiar para o exercício da pesca artesanal.	NA
2052	1129	Iniciativa	05SO	Promoção do acesso de pescadores e pescadoras profissionais, aquícultores e aquícultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca, a turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação com a utilização da proposta pedagógica do Programa Pescando Letras.	NA
2052	1129	Iniciativa	05T5	Promoção do acesso à qualificação profissional de pescadores e pescadoras profissionais, aquícultores e aquícultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na modalidade Pronatec Pesca e Aquícultura.	NA
2052	1129	Iniciativa	05TF	Promoção do acesso às turmas de educação de jovens e adultos para pescadores e pescadoras profissionais, aquícultores e aquícultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca, por meio de programas de elevação de escolaridade do Ministério da Educação.	NA
2052	1129	Iniciativa	05TH	Implantação do Plano de Atenção à Saúde dos Pescadores, Pescadoras, Aquícultores, Aquícultoras, Trabalhadores e Trabalhadoras da Pesca e aprendizes de pesca em parceria com os ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego.	NA
2052	1129	Iniciativa	05TJ	Realização de mutirões em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de assegurar aos pescadores, pescadoras, aquícultores, aquícultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, viabilizando o cadastramento no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) de forma gratuita, fortalecendo sua autonomia e possibilidade de acesso às políticas públicas.	NA
2082	1145	Iniciativa	06FK	Promoção do equilíbrio de gênero na composição das delegações brasileiras em conferências e foros internacionais.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2082	1140	Iniciativa	069R	Fortalecimento dos mecanismos de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnica, racial e de gênero por meio da articulação de ações conjuntas com os países do Mercosul no âmbito da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH), da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM) e da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (Rapim).	NA
2016	998	Iniciativa	50	Realização de capacitação continuada de 100% das atendentes do Ligue 180, considerando todas as formas de violência contra as mulheres.	NA
2016	998	Iniciativa	50000	Atuação para a interiorização da política e das diretrizes de enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, do campo, quilombolas, das florestas e das águas.	NA
2016	998	Iniciativa	500000	Fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres rurais, do campo, das florestas, quilombolas e das águas, estimulando a ampla participação dos movimentos sociais locais, e o desenvolvimento de estratégias de monitoramento das ações das unidades móveis.	NA
2016	998	Iniciativa	05DT	Elaboração de protocolos de atendimento e integração de serviços especializados da Casa da Mulher Brasileira, considerando a diversidade e as especificidades das mulheres.	NA
2016	998	Iniciativa	05DW	Construção de metodologia de formação continuada e permanente da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, observando as especificidades das mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.	NA
2016	998	Iniciativa	05DZ	Desenvolvimento de estratégias de monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher, Viver sem Violência, juntamente aos municípios pólo e aos municípios de fronteira seca.	NA
2016	934	Iniciativa	05G3	Realização de debates e campanhas sobre o sistema político-eleitoral tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	NA
2016	936	Iniciativa	060H	Realização de fóruns, seminários e encontros sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão no mercado de trabalho e nas entidades sindicais.	NA
2016	998	Iniciativa	06P4	Publicação de relatório anual de dados sobre a violência contra as mulheres, integrando informações dos serviços de atendimento, tendo por base os registros administrativos da saúde, da assistência social, da justiça, do Ligue 180 e da Casa da Mulher Brasileira.	NA
2016	998	Iniciativa	06P5	Monitoramento e articulação para o adequado funcionamento das unidades móveis no atendimento às mulheres rurais, do campo, das florestas, quilombolas e das águas.	NA
2016	998	Iniciativa	06P6	Reestruturação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do campo, das florestas, quilombolas e das águas, a fim de garantir a ampla representatividade dos movimentos sociais e das instâncias governamentais federais, definir os novos desafios e seu papel na atual conjuntura política.	NA
2016	998	Iniciativa	06P7	Fortalecimento dos comitês gestores da Casa da Mulher Brasileira, mediante articulação com os estados, os municípios e as instituições do sistema de justiça.	NA
2016	998	Iniciativa	06P8	Criação do sistema de atendimento da Casa da Mulher Brasileira.	NA
2016	998	Iniciativa	06SX	Implantação de Casas Abrigo para acolhimento as mulheres vítimas de violência.	NA
2016	936	Iniciativa	07H1	Elaboração do documento orientador para criação e funcionamento de conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher.	NA
2016	936	Iniciativa	07H2	Fomento à criação de conselhos estaduais e municipais de direitos das mulheres.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2016	998	Meta	04BQ	Construir e implementar a Casa da Mulher Brasileira em 25 capitais brasileiras.	Presidência da República
2016	998	Meta	04BR	Ampliar de dezesseis para trinta países a cobertura internacional da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.	Presidência da República
2016	998	Meta	04BS	Construir sete centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca.	Presidência da República
2016	998	Meta	04BV	Ampliar para 1.650 os serviços especializados para os diversos tipos de violência contra as mulheres e aprimorar a articulação em rede.	Presidência da República
2016	936	Meta	04C3	Realizar a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.	Presidência da República
2016	936	Meta	04C5	Constituir rede de participação dos conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).	Presidência da República
2016	934	Meta	04CH	Fomentar a ampliação da participação das mulheres nos conselhos diretivos e na alta direção das empresas públicas e privadas.	Presidência da República
2016	934	Meta	04CI	Fomentar a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão em todas as instâncias e entidades de representação (partidos políticos, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).	Presidência da República
2016	934	Meta	04GA	Realizar dezesseis atividades do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, visando ao fortalecimento e à participação das mulheres nos partidos políticos.	Presidência da República
2016	934	Iniciativa	05G4	Articulação com organizações da sociedade civil, partidos políticos, entidades sindicais e grupos de mulheres empreendedoras e empresárias para fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	NA
2016	934	Iniciativa	05G2	Apoio à aprovação e à implementação de proposições legislativas que visem à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder, incluindo articulação com as bancadas femininas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das câmaras municipais.	NA
2016	934	Iniciativa	05G5	Estímulo à ascensão e permanência das mulheres nos cargos diretivos das organizações públicas e privadas, de médio e grande porte, participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.	NA
2016	936	Iniciativa	05F8	Realização de fóruns, seminários e encontros sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e igualdade de gênero na educação no Brasil.	NA
2016	936	Meta	04C6	Ampliar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho da mulher no Brasil.	Presidência da República
2016	998	Iniciativa	05DV	Promoção de atendimento e acolhimento específico às mulheres idosas em situação de violência (estatuto da pessoa idosa).	NA
2016	934	Meta	04CJ	Ampliar ações para o fortalecimento institucional de organizações de mulheres negras.	Presidência da República
2016	998	Iniciativa	500	Articulação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas regiões de fronteira seca, com especial atenção às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.	NA
2016	998	Iniciativa	05EB	Incorporação dos quesitos raça/cor e de orientação sexual nos registros de violência contra as mulheres, nos atendimentos do Ligue 180 e da Casa da Mulher Brasileira.	NA
2016	998	Iniciativa	05EE	Capacitação e treinamento das tropas de paz sobre os direitos das mulheres e das crianças, e sobre medidas de proteção eficazes contra a violência sexual.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2016	998	Iniciativa	05EC	Articulação para o fortalecimento da Rede de Atendimento Especializado: centros especializados de atendimento às mulheres em situação de violência; serviços de abrigo, serviços de referência para atenção integral à saúde das mulheres em situação de violência sexual, delegacias especializadas de atendimento às mulheres, núcleos da mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas e Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Casas da Mulher Brasileira e Centros de Fronteira Seca.	NA
2016	998	Meta	04BW	Articular a Implementação da legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e o Decreto nº 7.958/2013, que estabelece o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, entre outras.	Presidência da República
2016	998	Iniciativa	5000	Fomento à cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência doméstica, feminicídio, à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.	NA
2016	936	Iniciativa	05RL	Realização de fóruns, seminários e encontros para o desenvolvimento de políticas públicas com a participação de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, negras, mulheres com deficiência, urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.	NA
2016	936	Iniciativa	05F9	Realização de fóruns de diálogo sobre o mundo do trabalho, com movimentos sociais e entidades sindicais, acadêmicas e empresariais, ampliando e qualificando a discussão sobre divisão sexual do trabalho, direitos trabalhistas e demais pautas afetas às mulheres trabalhadoras.	NA
2016	998	Iniciativa	50000000	Realização de ações de prevenção à violência contra a mulher mediante seminários, campanhas e formação, com foco em mudança de cultura e comportamento.	NA
2016	935	Iniciativa	05D8	Fomento à inclusão do recorte de gênero e raça nas políticas públicas implementadas pelos diversos órgãos públicos.	NA
2016	935	Iniciativa	05DA	Apoio à constituição e ao fortalecimento dos mecanismos de gênero nos órgãos públicos federais.	NA
2016	935	Iniciativa	05DB	Apoio à constituição e ao fortalecimento de núcleos de gênero nas universidades federais e estaduais.	NA
2016	935	Iniciativa	05DF	Desenvolvimento da temática de gênero nas ações de educação financeira e de educação previdenciária desenvolvidas por órgãos governamentais, e na gestão dos orçamentos públicos.	NA
2016	935	Iniciativa	05DK	Articulação para a incorporação da diversidade de gênero no Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.	NA
2016	935	Meta	04BN	Fomentar a produção e a circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero.	Presidência da República
2016	935	Iniciativa	05D9	Fomento à formação de profissionais da rede pública de educação e gestores e gestoras em políticas públicas nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais, orientação sexual e identidade de gênero.	NA
2016	935	Iniciativa	05DG	Apoio a ações que garantam o direito e ampliem a participação de meninas e adolescentes nas atividades de esporte e lazer, inclusive no âmbito escolar, em toda sua diversidade.	NA
2016	935	Iniciativa	05DC	Apoio ao fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e outras Políticas correlatas, considerando a diversidade e especificidades das mulheres.	NA
2016	935	Iniciativa	05DD	Fortalecimento do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, por meio da articulação nacional e regional dos organismos governamentais de políticas para as mulheres.	NA
2016	935	Iniciativa	05DH	Implementação do Programa Mulher e Ciência, por meio de articulação com órgãos públicos federais.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2016	935	Iniciativa	05DJ	Promoção de ações de enfrentamento ao racismo institucional nas políticas públicas para gestores/as, e para funcionários/as e contratados/as do serviço público nos organismos governamentais de políticas para as mulheres.	NA
2016	935	Iniciativa	05DL	Realização de debate sobre criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, nas conferências de políticas para as mulheres.	NA
2016	935	Meta	04BM	Fomentar os organismos governamentais de políticas para as mulheres, prioritariamente em municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes.	Presidência da República
2016	935	Meta	04BP	Repactuar, implementar e monitorar o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM).	Presidência da República
2016	935	Meta	04FT	Criar o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.	Presidência da República
2016	935	Meta	04BO	Fomentar maior participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação.	Presidência da República
2016	935	Iniciativa	05DI	Capacitação de mulheres negras, rurais, do campo, das florestas e das águas, indígenas, lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas e mulheres com deficiência em políticas públicas sobre: transexualidade e travestilidade, homo/lesbo/transfobia, racismo institucional, intolerância religiosa, discriminação geracional e discriminação de pessoas com deficiência.	NA
2016	935	Iniciativa	05DE	Fomento ao desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, do sexismo e da lesbofobia.	NA
2016	931	Iniciativa	05CV	Articulação e monitoramento da ampliação de equipamentos públicos de cuidado e educação infantil nos âmbitos rural e urbano.	NA
2016	931	Iniciativa	05CQ	Articulação com Congresso Nacional, partidos políticos, bancada feminina para ratificação da Convenção 201 e da Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.	NA
2016	931	Iniciativa	07FL	Articulação com o Congresso Nacional, partidos políticos, bancada feminina para ratificação da Convenção 156 da OIT, sobre igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.	NA
2016	931	Meta	04BI	Estimular a participação de cem organizações públicas e privadas de médio e grande porte no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.	Presidência da República
2016	931	Meta	04BK	Articular a realização e a divulgação da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo para produção contínua de estatísticas sobre o tema, que permitam a formulação de políticas públicas de igualdade de gênero, com recortes racial e geracional.	Presidência da República
2016	931	Iniciativa	07FM	Articulação de ações que visem à normatização e fiscalização das condições de salubridade de trabalho das gestantes e lactantes.	NA
2016	931	Iniciativa	05CM	Implementação de ações para a promoção da autonomia econômica voltadas para as mulheres em situação de violência e na garantia de direitos.	NA
2016	931	Iniciativa	05CN	Ações de estímulo ao empreendedorismo das mulheres e de fortalecimento da organização e inclusão produtiva, em especial do segmento de mulheres catadoras e quilombolas.	NA
2016	931	Iniciativa	05CP	Ações de apoio à aprovação e implementação do Projeto de Lei (PL) nº 4.857/2009, que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado.	NA
2016	931	Iniciativa	05CS	Realização de oficinas estaduais com vistas à capacitação de gestores públicos para a implementação de políticas de autonomia econômica das mulheres.	NA
2016	931	Iniciativa	05PB	Desenvolvimento de ações de incentivo ao protagonismo das mulheres, ampliando sua participação em instâncias de direção nos empreendimentos econômicos solidários, suas redes e cadeias produtivas.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2016	931	Iniciativa	05PC	Incorporação do quesito raça/cor nos registros das capacitações de mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho.	NA
2016	931	Iniciativa	06VR	Criação de trezentos novos cursos para promover a autonomia econômica, social e a garantia de direitos às mulheres.	NA
2016	931	Meta	04BH	Capacitar 10 mil mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho.	Presidência da República
2016	931	Meta	04FS	Fomentar a participação de 80 mil mulheres em empreendimentos econômicos solidários, por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias, aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.	Ministério do Trabalho
2016	931	Iniciativa	05CT	Estímulo à profissionalização das mulheres no esporte, especialmente no futebol, e à divulgação das diversas modalidades de esporte feminino olímpico e paraolímpico.	NA
2016	931	Iniciativa	05CR	Mapeamento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho considerando a diversidade e as especificidades das mulheres.	NA
2016	931	Iniciativa	05PD	Monitoramento dos conteúdos midiáticos, com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual, para o enfrentamento a todas as formas de discriminação contra as mulheres.	NA
2016	931	Meta	04BL	Implantar ações integradas, focadas no desenvolvimento de políticas públicas que garantam direitos e proteção, voltadas para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, negras, mulheres com deficiência, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais.	Presidência da República
2016	931	Iniciativa	05CU	Fomento à produção de estatísticas e à circulação de conteúdos sobre uso do tempo e cuidado que apliem o conhecimento sobre a divisão sexual do trabalho, com recortes racial e geracional.	NA
2016	931	Iniciativa	05PE	Realização de campanha de alcance nacional para divulgação dos direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas incorporados pela Emenda Constitucional nº 72/2013.	NA
2016	931	Iniciativa	05CO	Desenvolvimento de estratégias para a ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado.	NA
2034	1076	Iniciativa	05WV	Apoio a projetos relacionados à promoção da igualdade racial e superação do racismo, em parceria com a sociedade civil organizada, priorizando organizações de mídias negras, de mulheres, de juventude, LGBT, de quilombolas, de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de ciganos, no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).	NA
2034	984	Iniciativa	065H	Promoção do enfrentamento à violência contra a mulher quilombola.	NA
2034	1076	Iniciativa	663	Fortalecimento da representatividade da população negra LGBT nos conselhos de participação e controle social dos órgãos de promoção de igualdade racial nos entes subnacionais.	NA
2034	1076	Iniciativa	05X4	Estabelecimento de acordos e parcerias no âmbito do Sinapir para cooperações específicas com estados, municípios, Ministério Público e Defensoria Pública, com ênfase nos seguintes temas: regularização fundiária de comunidades quilombolas; implementação da Lei nº 10.639/2003; Plano Juventude Viva; diagnósticos socioeconômicos das comunidades tradicionais de matriz africana e enfrentamento ao racismo e sexismo institucional.	NA
2034	778	Iniciativa	661	Estímulo à incorporação da perspectiva racial nos serviços de atendimento às vítimas de violência e seus familiares.	NA
2034	778	Meta	04MF	Estimular ações de enfrentamento ao racismo institucional que contribuam para a redução da morbidade e mortalidade materna de mulheres negras.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	778	Iniciativa	662	Apoio a ações de garantia de direitos e tratamento não discriminatório de negras e negros presas/os e egressas/os do sistema carcerário, bem como de seus familiares.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2034	778	Iniciativa	660	Apoio a ações de enfrentamento ao racismo institucional que ampliem as condições de acesso e permanência de travestis e transexuais negras no sistema educacional e no mercado formal de trabalho.	NA
2034	778	Iniciativa	065Y	Fomento à inclusão da temática racial na formação e qualificação dos operadores do direito, dos operadores do sistema de justiça e das/os gestoras(es) e trabalhadoras/es da saúde e da segurança pública.	NA
2034	773	Iniciativa	065T	Produção e difusão de publicações que ofereçam suporte à formulação e ao monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, contemplando a perspectiva de gênero.	NA
2034	773	Iniciativa	065V	Estímulo à criação de cursos de graduação de política de equidade de raça e gênero.	NA
2034	773	Iniciativa	065R	Promoção de pactuações visando o fomento ao empreendedorismo de mulheres negras e homens negros.	NA
2034	773	Meta	04MB	Articular e incentivar a execução de políticas intersetoriais que possibilitem o aumento da geração de emprego formal e renda para a população negra, com ênfase nas mulheres e jovens.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	773	Meta	04M9	Articular a ampliação do número de órgãos públicos e organizações privadas que promovem ações afirmativas e/ou adotem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo e sexismo institucional.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	777	Iniciativa	666	Apoio à incorporação das perspectivas racial e de gênero na formação dos profissionais de comunicação.	NA
2034	777	Meta	04MI	Fomentar iniciativas e o fortalecimento institucional de organizações de mídias negras, priorizando aquelas que atuam especificamente com mulheres, juventude e LGBT.	Ministério dos Direitos Humanos
2071	287	Iniciativa	06QI	Oferta à rede do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do projeto Universidade do Trabalhador, de cursos voltados para a melhoria do atendimento, contemplando sensibilização para o combate a qualquer tipo de discriminação no mundo do trabalho.	NA
2071	869	Iniciativa	06BR	Elaboração de estratégia nacional de combate a discriminação no trabalho, para eliminar diferença de remuneração por trabalho de igual valor, distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, classe social, ascendência nacional, idade, orientação sexual, estado sorológico, identidade de gênero ou deficiência, de forma a aumentar a igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho.	NA
2044	1165	Iniciativa	06R2	Promoção da inclusão produtiva rural e urbana da população jovem dos beneficiários do PBF, por meio de qualificação profissional, empreendedorismo, economia solidária, aprendizagem profissional, fomento e assistência técnica rural.	NA
2044	1165	Meta	04SR	Estimular o acesso e a permanência na educação básica por jovens beneficiários do PBF.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2044	967	Iniciativa	06CY	Inserção da temática das relações raciais e de gênero nos conteúdos dos cursos de qualificação social e profissional do Programa Projovem Trabalhador.	NA
2044	1166	Iniciativa	06SC	Priorização da juventude em ações que visem promover a saúde sexual e reprodutiva, numa perspectiva não biologicista, promovendo a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.	NA
2044	988	Iniciativa	06GT	Reconhecimento das especificidades de mulheres, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, juventude rural, LGBT e pessoas com deficiência nas políticas voltadas para juventude.	NA
2044	1143	Iniciativa	06GW	Fomento e apoio à participação social e política de mulheres, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, juventude rural, LGBT e pessoas com deficiência, respeitadas as suas especificidades, nos processos de discussão, formulação e implementação de políticas públicas para a juventude.	NA
2044	960	Iniciativa	06GY	Criação e implementação de protocolo de ação para caso de violações graves dos direitos da juventude, especialmente negra.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2063	442	Iniciativa	063M	Monitoramento e apoio à implementação do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres nos Estados, Distrito Federal e Municípios.	NA
2063	442	Iniciativa	01GV	Construção e apresentação de proposta de política nacional de cuidados, articulada com os outros órgãos federais interessados.	NA
2063	442	Iniciativa	01GQ	Elaboração, difusão e implementação de estudos sobre a temática da pessoa com deficiência para ampliar o nível de conhecimento sobre a temática, garantindo a abordagem das questões de gênero e raça.	NA
2063	442	Iniciativa	01GS	Implantação do sistema da meia-entrada em eventos culturais e esportivos para pessoas com deficiência comprovadamente carentes, articulando-o com os sistemas de meia-entrada para estudantes, jovens e pessoas idosas.	NA
2063	442	Iniciativa	01GY	Capacitação de agentes sociais sobre os direitos das pessoas com deficiência, incluindo mulheres, jovens e minorias raciais e religiosas, além de militantes do próprio segmento.	NA
2063	442	Iniciativa	642	Apoio a ações para a desconstrução de estereótipos negativos de pessoas com deficiência, incluindo mulheres e pessoas negras com deficiência, promovendo a percepção positiva e a maior consciência social em relação a suas capacidades e contribuições.	NA
2064	974	Iniciativa	061D	Articulação para a ampliação dos serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte em mais quatro estados (MA, RN, AM e SC).	NA
2064	974	Meta	03LR	Articular com os entes federativos a ampliação, a manutenção e o fortalecimento dos programas de proteção às testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados, assim como para suas famílias, preservando seus direitos e sigilo das informações.	Ministério dos Direitos Humanos
2064	255	Meta	00FY	Universalizar o registro civil de nascimento entre crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, em seus diferentes níveis e modalidades.	Ministério dos Direitos Humanos
2064	255	Iniciativa	07G3	Articulação com os demais órgãos para inclusão dos campos identidade de gênero e orientação sexual nos bancos de dados e sistemas de informações do governo federal, conforme Decreto nº 8.727/2016.	NA
2064	255	Iniciativa	06QA	Envio ao Congresso Nacional de proposta de criminalização da discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero.	NA
2064	255	Iniciativa	05XV	Equipagem dos espaços físicos dos conselhos da pessoa idosa em nível distrital, estaduais e municipais das 27 capitais.	NA
2064	255	Iniciativa	05XW	Articulação, fortalecimento e ampliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Renadi) em todos os estados brasileiros.	NA
2064	255	Iniciativa	05XX	Incentivo à instituição dos fundos municipais e apoio à consolidação dos fundos estaduais da pessoa idosa.	NA
2064	255	Iniciativa	05XY	Produção, publicação e divulgação de materiais informativos e campanhas sobre os direitos da população idosa, garantindo sua acessibilidade.	NA
2064	255	Iniciativa	05YB	Articulação para a realização dos Jogos Brasileiros da Pessoa Idosa.	NA
2064	255	Iniciativa	05Z4	Fomento à capacitação de agentes de direitos, especialmente lideranças idosas.	NA
2064	255	Iniciativa	05Z5	Fomento à capacitação, estudos e pesquisas sobre o envelhecimento e enfrentamento à violência contra a população idosa.	NA
2064	255	Iniciativa	06MQ	Fortalecimento do trabalho de articulação dos Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa existentes e estímulo à criação de novos conselhos.	NA
2064	255	Meta	04JK	Articular a ampliação e a qualificação, nos três níveis federativos, de políticas, programas e serviços para a população idosa, contemplando as áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.	Ministério dos Direitos Humanos

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2064	255	Iniciativa	07G1	Proposição de novo instrumento normativo para o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBTs, considerando as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a articulação com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNC/D/LGBT), bem como com órgãos gestores nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.	NA
2064	255	Iniciativa	684	Provimento de informações qualificadas sobre a situação da população LGBT no mercado de trabalho e no ambiente escolar.	NA
2064	255	Iniciativa	685	Levantamento de dados e informações por meio de pesquisas para diagnóstico da situação e do perfil socioeconômico da população LGBT, em articulação com os sistemas de informação já existentes, contemplando o recorte racial.	NA
2064	255	Iniciativa	05YH	Implantação de Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBTs nas cinco regiões do país com priorização para as regiões Norte e Centro-Oeste.	NA
2064	255	Iniciativa	05YI	Proposição de novo instrumento institucional para o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Sistema Nacional LGBT).	NA
2064	255	Iniciativa	05YJ	Articulação e promoção da educação profissional e inserção no mercado de trabalho da população LGBT, com ênfase na população de travestis e transexuais, junto ao Pronatec e outras parcerias.	NA
2064	255	Iniciativa	07G2	Provimento de informações qualificadas anuais sobre a situação da violência sofrida pela população LGBT, por meio do cruzamento e aperfeiçoamento dos bancos de dados disponíveis, com vistas a subsidiar as políticas públicas de enfrentamento à violência.	NA
2064	255	Meta	00G0	Fortalecer institucionalmente o Sistema Nacional LGBT e sua implantação.	Ministério dos Direitos Humanos
2064	255	Iniciativa	05XU	Fomento à universalização do Registro Civil de Nascimento (RCN) e ampliação do acesso à Documentação Básica (DB), em articulação no âmbito federativo, priorizando a realização de oficinas de fluxos de atendimento, de matrizes e a instalação de unidades interligadas de RCN em unidades de saúde, com foco nos grupos populacionais prioritários: indígenas, ciganas, quilombolas, povos de matriz africana, outros povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, população em privação de liberdade, trabalhadoras rurais e população LGBT.	NA
2064	255	Iniciativa	07GA	Elaboração de diretrizes de atendimento para universalização do RCN e ampliação do acesso à documentação para cada um dos grupos populacionais prioritários: indígenas, ciganas, quilombolas, povos de matriz africana, outros povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, população em privação de liberdade, trabalhadoras rurais e população LGBT.	NA
2064	255	Iniciativa	07GB	Produção, publicação e divulgação de materiais informativos e campanhas sobre RCN e DB, com enfoque nos grupos populacionais prioritários: indígenas, ciganas, quilombolas, povos de matriz africana, outros povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, população em privação de liberdade, trabalhadoras rurais e população LGBT.	NA
2062	259	Iniciativa	00T9	Estabelecimento de instâncias para articulação intersetorial, interinstitucional e interfederativa, e fortalecimento da gestão da política nacional dos direitos da criança e do adolescente.	NA
2062	259	Iniciativa	00TA	Articulação para implementar o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres.	NA
2062	259	Iniciativa	00TE	Promoção da participação cidadã por meio da integração de crianças e adolescentes nas instâncias de formulação e deliberação das políticas voltadas para os seus direitos.	NA
2062	259	Iniciativa	00TJ	Elaboração e implementação de parâmetros de atendimento de crianças e adolescentes pela rede de proteção.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2062	259	Iniciativa	00TK	Aprimoramento dos mecanismos de execução dos recursos voltados para a política nacional de direitos de crianças e adolescentes, inclusive do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente.	NA
2062	259	Iniciativa	00TP	Incentivo às instâncias de participação social no âmbito do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).	NA
2062	259	Iniciativa	05HA	Sensibilização e mobilização da sociedade para promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente por meio do desenvolvimento de campanhas anuais.	NA
2062	259	Iniciativa	05HB	Fomento à formação continuada de conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos da criança e do adolescente.	NA
2062	259	Iniciativa	05HD	Apoio às ações de formação de profissionais das redes de atendimento a crianças e adolescentes, com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos de promoção dos direitos de crianças e adolescentes.	NA
2062	260	Iniciativa	05HF	Elaboração e aprovação de plano nacional, visando ao enfrentamento da violência letal contra crianças e adolescentes e coordenação da sua implantação, de forma a garantir a integração de ações e políticas voltadas para esse fim.	NA
2062	260	Iniciativa	05HL	Desenvolvimento de metodologias de atendimento integrado, considerando as especificidades de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, habitantes de áreas remotas, em situação de rua, de uso e abuso de álcool e outras drogas, em sofrimento psíquico, com deficiência e para adolescentes LGBT, entre outros.	NA
2062	259	Meta	00GM	Institucionalizar o SGDCA, de modo a dar organicidade e fortalecer a política nacional dos direitos da criança e do adolescente.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	259	Meta	00GU	Fortalecer a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e promover a sua implementação nos estados e no Distrito Federal.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	260	Meta	00GX	Promover a integração e a qualificação das políticas, dos programas, dos serviços e das ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	260	Meta	00H0	Promover a integração e a qualificação das políticas, dos programas, dos serviços e das ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	259	Meta	04CQ	Fortalecer a atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e demais instâncias de participação e controle social.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	259	Meta	04CR	Gerir, produzir e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre a política nacional dos direitos da criança e do adolescente em articulação com as esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, incluindo o aprimoramento dos sistemas de informação.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	259	Meta	04CS	Articular ações de educação aos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política e a temática de direitos da criança e do adolescente.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	259	Iniciativa	00TC	Promoção de ações para garantir os direitos das crianças e dos adolescente migrantes e de regiões de fronteiras e suas famílias.	NA
2062	260	Iniciativa	05HG	Incentivo à implementação de serviços de famílias acolhedoras, como alternativa de acolhimento a crianças e adolescentes que necessitem de afastamento temporário da família de origem.	NA
2062	260	Iniciativa	05HI	Promoção de ações formativas e educativas de prevenção de violências e acidentes com crianças e adolescentes no âmbito familiar e institucional.	NA
2062	260	Iniciativa	05HJ	Articulação e apoio às ações de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos e para atendimento das suas famílias.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2062	260	Iniciativa	05HK	Ampliação das ações de fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes e seus familiares e referentes encarcerados.	NA
2062	260	Meta	00GY	Estruturar e articular ações intersetoriais para o enfrentamento da violência letal e para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	260	Meta	00GZ	Fomentar, articular e integrar iniciativas para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes com direito à convivência familiar e comunitária ameaçado ou restrito.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	260	Iniciativa	05HM	Estímulo às adoções de crianças e adolescente que têm sido preteridos pelos pretendentes a adoção: afrodescendentes, com deficiência, crianças fora da primeira infância e adolescentes, com necessidades específicas de saúde, grupos de irmãos, entre outros.	NA
2062	260	Meta	00H3	Coordenar as ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.	Ministério dos Direitos Humanos
2062	260	Iniciativa	00U1	Fomento a estudos, pesquisas e projetos relacionados à compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.	NA
2065	962	Meta	03KJ	Ampliar de 76%, em 2014, para 85% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo de acordo com o calendário indígena de vacinação.	Ministério da Saúde
2065	962	Meta	04IU	Alcançar 70% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento.	Ministério da Saúde
2065	962	Meta	04IW	Ampliar de 68%, em 2014, para 90% as crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional.	Ministério da Saúde
2065	1012	Iniciativa	04LP	Articulação para o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações de enfrentamento à violência, considerando as especificidades de gênero e geração, étnico-cultural e territorial dos povos indígenas.	NA
2065	1012	Meta	416	Fomentar e apoiar ações de transversalização da temática de gênero e geracional nas políticas públicas que contemplem povos indígenas.	Ministério da Justiça e Cidadania
2065	962	Meta	04G5	Ampliar de 83%, em 2013, para 90% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal.	Ministério da Saúde
2085	1074	Iniciativa	05IR	Inserção da temática do uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes nas discussões da Carta de Constituição e Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.	NA
2085	1074	Iniciativa	05IS	Fomento à reinserção social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que façam uso de álcool e outras drogas.	NA
2085	1074	Iniciativa	05IU	Fortalecimento e qualificação da rede de atendimento de saúde, educação e assistência social para crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.	NA
2085	1074	Meta	04DI	Definir e implementar parâmetros para a proteção social de crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool ou outras drogas.	Ministério dos Direitos Humanos
2085	1074	Meta	04DJ	Articular serviços de cuidado e proteção a crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.	Ministério da Justiça e Cidadania
2085	1072	Meta	04JD	Realizar acompanhamento das famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas em 100% dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2066	421	Iniciativa	04K2	Titulação conjunta em nome de mulheres e homens, independente do estado civil, conforme normativo vigente.	NA
2066	421	Meta	404	Atender 180 mil mulheres com crédito instalação na modalidade fomento mulher.	Presidência da República

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2066	420	Iniciativa	04JB	Articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social a qualificação do cadastro das famílias assentadas e acampadas no Cadastro Único por meio da busca ativa.	NA
2066	420	Iniciativa	04JC	Promoção da inclusão do nome das mulheres beneficiárias independente do estado civil, no processo de implantação dos assentamentos.	NA
2066	735	Iniciativa	04KH	Fortalecimento e expansão da participação das mulheres no desenvolvimento dos projetos financiados pelo Crédito Fundiário, por meio da articulação com organizações produtivas de mulheres rurais.	NA
2066	735	Iniciativa	04KE	Oferecimento de condições especiais para o acesso a terra e estruturação produtiva a trabalhadores e trabalhadoras rurais em situação de pobreza.	NA
2069	615	Iniciativa	05N2	Acompanhamento na atenção básica de pelo menos 73% de famílias indígenas e quilombolas beneficiárias do PBF por meio das condicionalidades de saúde.	NA
2069	615	Iniciativa	05N4	Aumento de 68% para 90% a vigilância alimentar e nutricional de crianças indígenas aldeadas na atenção básica de saúde.	NA
2069	615	Iniciativa	05N3	Registro, por meio das condicionalidades de saúde do PBF, dados nutricionais de pelo menos 80% de crianças indígenas e quilombolas menores de 7 anos beneficiárias do PBF.	NA
2069	615	Meta	04EQ	Reduzir 25% do <i>deficit</i> de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do PBF, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2069	615	Meta	04ER	Reduzir 20% do <i>deficit</i> de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do PBF, por meio de ações articuladas no âmbito da Caisan.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2069	380	Meta	00U5	Ampliar a participação das mulheres no PAA de 41% para 45% do total de fornecedores.	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
2015	724	Iniciativa	06Q3	Atualização do plano operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.	NA
2034	1077	Iniciativa	05WR	Fortalecimento do diálogo, troca de experiências e cooperação com países do continente africano, visando à promoção da igualdade e à inclusão social da população negra.	NA
2034	1077	Meta	04J0	Fortalecer a cooperação internacional, sobretudo com os países da África e da América, visando à promoção da igualdade e à inclusão da população negra.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	1076	Meta	04J5	Promover ações articuladas de produção e gestão de informação e de conhecimento, incluindo estudos e pesquisas sobre a situação social da população negra e de povos e comunidades tradicionais, para aprimorar a incorporação da perspectiva étnico-racial nas políticas públicas.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	778	Meta	04ME	Constituir a Rede de Atendimento às Vítimas de Racismo e Discriminação Racial e implementar o Disque Igualdade Racial.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	778	Meta	04MD	Fortalecer e ampliar pactos para a redução das barreiras de acesso da população negra ao sistema de justiça.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	773	Meta	04MA	Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	773	Meta	04MC	Contribuir para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, incluindo a atualização do seu plano operativo.	Ministério dos Direitos Humanos
2034	777	Iniciativa	665	Produção, disseminação e apoio a publicações com conteúdos antirracistas e de valorização da cultura e das contribuições da população negra para a humanidade e para o Brasil, ao longo da história e na atualidade.	NA

(Continua)

(Continuação)

Programa	Objetivo	Tipo	Número	Título	Órgão
2034	777	Iniciativa	668	Realização e articulação de campanhas, bem como estímulo a ações da sociedade civil, para o reconhecimento, o respeito e a valorização da pessoa negra, das manifestações da cultura, da memória, das datas de referência e da tradição e da ancestralidade africana.	NA
2034	777	Iniciativa	669	Incentivo à criação e ao funcionamento de rádios comunitárias em áreas habitadas pela população negra e quilombola como forma de assegurar o direito à informação e cultura dessas comunidades.	NA
2034	777	Iniciativa	066B	Apoio à incorporação de ações para valorização da história e cultura negra na educação ministrada em espaços de cumprimento de medidas socioeducativas e em escolas municipais.	NA

Elaboração das autoras.
Obs.: NA – não se aplica.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

